

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regras frouxas dificultam combate a corrupção e lavagem na cadeia do ouro..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba como fazer a declaração inicial de espólio no IR..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal prorroga ajuda ao Acre..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado deve votar duas propostas sobre IR..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita autoriza uso de saldo negativo de IRPJ para pagar INSS..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Saída: investir mais via previdência - RAUL VELLOSO..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

A pandemia e a evolução política (2)..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

O aumento da corrupção com a reforma administrativa (2)..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
CONGRESSO EM FOCO

Políticas ambientais de Bolsonaro são ruins ou péssimas, diz pesquisa..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crise de confiança nos investimentos (3)..... 20

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra do auxílio emergencial obriga a subir impostos; quem será afetado?..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reajusta preço do gás canalizado em 39%..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA sugerem alíquota mínima mundial para imposto de empresas..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O Congresso e a Lei de Falências (3)..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O Biden brasileiro - PEDRO FERNANDO NERY..... 29

Terça-Feira, 6 de Abril de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vacinação lenta empurra retomada para setembro.....31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Pensão de militar piora contas, e União tem passivo recorde de R\$ 4,4 trilhões..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento escancara dois "ministérios" .....35

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
ECONOMIA

Disparidade de renda cresce entre setor público e privado.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Renda de servidor cresce o dobro que a de trabalhador privado..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

País que não controlar epidemia pagará preço econômico, diz estudo.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Commodities e câmbio elevam comércio e puxam inflação (3).....46

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
POLÍTICA

Gangorra no governo esvazia Economia..... 47

O GLOBO - ON LINE - RJ  
POLÍTICA

Vaga no Planalto não trava insatisfação, e Centrão quer mais (Gustavo Alves).....48

# Regras frouxas dificultam combate a corrupção e lavagem na cadeia do ouro



Sedimentos depositados por balsas de garimpo de ouro que operam ilegalmente no rio Madeira, na região de Humaltá (AM). Foto de Almeida - 27 ago 2017 / Fôtopress



Garimpos dentro da Terra Indígena Ianomâmi (RR), em março deste ano. Divulgação Polícia Federal

**Flávio Ferreira e Fabiano Maisonave - são paulo e manaus**

Qualquer pessoa que compre uma aliança ou um piercing de ouro em São Paulo, por exemplo, tem chances de estar na ponta final de uma cadeia que permite a políticos corruptos, traficantes e até terroristas lavarem dinheiro usando o metal precioso.

Os mecanismos de fiscalização do garimpo e do comércio do ouro do país são ineficazes, e o órgão responsável pela regulação do setor, a ANM (Agência Nacional de Mineração), está sucateado.

Um termômetro para o problema é o aumento expressivo da quantidade de ouro apreendido pela Polícia Federal no ano passado. O salto foi de 130% em relação ao ano anterior (de 154 kg em 2019 para 355 kg em 2020), segundo levantamento obtido pela Folha.

A recente alta no preço, as promessas de legalização de garimpos pelo presidente Jair Bolsonaro e a fiscalização ineficiente alimentam o aumento da extração ilegal e predatória em áreas protegidas, principalmente nas Terras Indígenas Ianomâmi (RR/AM), Munduruku (PA) e Kayapó (PA).

Até há pouco, essas fragilidades estavam sobretudo na mira das instituições da área ambiental.

Mas, como também são um campo fértil para organizações criminosas, entraram nos últimos anos na agenda prioritária de autoridades na linha de frente do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, principalmente daquelas que fazem parte do grupo da Enclca (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro).

Essa preocupação com as ramificações criminosas da cadeia do ouro também levou entidades internacionais, como a Transparência Internacional e a associação mundial de geólogos IUGS (International Union of Geological Science, ou União Internacional de Ciências Geológicas, em português), a adotarem medidas para colaborar nesse enfrentamento.

Autoridades brasileiras temem uma repercussão negativa dessas debilidades no sistema financeiro internacional. O órgão que serve como referência global para o setor, o Gafi (Grupo de Ação Financeira Internacional), tem programada uma vistoria ao país, e a detecção das fragilidades podem levar a entidade a rebaixar a avaliação do Brasil no quesito dos mecanismos de combate à lavagem de dinheiro, prejudicando a realização de investimentos externos.

Os controles frouxos estão principalmente na ponta inicial da cadeia do ouro (da extração à primeira venda oficial), na qual organizações criminosas podem se valer de garimpos de fachada ou laranjas para esquentar o ouro resultante de atividades criminosas.

As brechas afetam a fiscalização dos pequenos garimpos com área de até 50 hectares, que, na linguagem técnica, recebem o nome de lavras garimpeiras.

A primeira venda do ouro obtido nesse tipo mais simples de extração é feita por meio de notas fiscais em papel, que na maioria das vezes são preenchidas

à mão. Essas notas não entram em sistemas eletrônicos de controle, o que inviabiliza cruzamentos de dados e identificação de irregularidades.

Outra fragilidade nessa fase é que as empresas autorizadas a fazer a primeira compra de ouro, que no jargão legal são chamadas de DTVMs (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários), não têm como conferir a origem declarada pelos vendedores, já que não há um sistema que permita checar as informações sobre a extração do metal.

Assim, por exemplo, um político corrupto pode pegar o dinheiro da propina, comprar ouro de garimpos clandestinos e usar o nome de uma lavra garimpeira de fachada para declarar a origem do metal à empresa compradora, esquentando o dinheiro do suborno.

Na Polícia Federal, um alerta veio da percepção sobre o crescente número de apreensões e operações relativas à cadeia do ouro nos últimos anos.

Levantamento feito pela PF a pedido da Folha mostra que, na primeira metade da década passada, a maior quantidade apreendida de ouro tinha sido de 58 kg, em 2014.

Porém houve uma escalada nos últimos cinco anos que culminou em um aumento de 130% de 2019 para 2020, ano em que 355 kg foram recolhidos.

Segundo o perito criminal federal Erich Adam, do núcleo de gestão estratégica da Dicor (Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado), as últimas operações da PF nessa área mostram que o Brasil virou centro de facilidades para lavagem de dinheiro com ouro ilegal.

Hoje, segundo ele, há organizações criminosas que detêm poder econômico e logístico de ter na mão toda a cadeia do ouro, do garimpo a joalherias na Europa e nos EUA.

Em 2019, o Ministério Público Federal em Santarém (PA) entrou com uma ação civil pública contra a Agência Nacional de Mineração e outros órgãos demandando que os mecanismos de controle da cadeia do ouro sejam mais transparentes.

Além de continuar exigindo as operações em campo, o Ministério Público Federal tem fiscalizado a cadeia do ouro e cobrado o aprimoramento do atual sistema, de modo a prevenir ilícitos e facilitar a busca pelos responsáveis pela extração e venda ilegais, segundo o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, um dos responsáveis pela ação, que ainda tramita na Justiça Federal em Santarém.

A ação teve origem em investigação conjunta da PF e da Procuradoria que indica que a DTVM (Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários) também pode ser parte do esquema criminoso.

Uma perícia no posto da empresa Ourominas em Santarém revelou que, em 2015 e 2016, todas as transações de ouro ali foram clandestinas. E que a própria empresa forjava a documentação, em conluio com os vendedores.

Baseado apenas nas notas fiscais supostamente frias, de 2015 a 2018, teria havido fraude na compra de ao menos 610 kg de ouro -prejuízo de R\$ 70 milhões à União. Denunciada à Justiça pela Procuradoria, a Ourominas tem negado as acusações e diz que colabora com as autoridades. O posto de Santarém foi fechado.

Além da debilidade nos mecanismos de controle, a entidade estatal que deve fiscalizar o setor, a Agência Nacional de Mineração, está sucateada.

O maior problema da agência é o déficit de pessoal. São apenas cerca de 750 servidores para cobrir o Brasil inteiro, e não são realizados novos concursos desde 2010. AANM possui um projeto de criação de um sistema eletrônico de notas fiscais desde 2014, mas ele nunca saiu do papel.

O engenheiro Eduardo Leão renunciou ao cargo de diretor da agência no começo de março, alegando ameaças e risco de acabar sendo alvo de processos judiciais promovidos contra a agência e não ter recursos para se defender nas causas com o salário do órgão, de cerca de R\$ 16 mil.

Mesmo antes de deixar o posto, Leão já apontava problemas nos quadros do órgão.

Procurado pela Folha dois dias antes de renunciar, ele afirmou que "a ANM a cada dia perde servidores por aposentadoria". "Dos 750 servidores, 40% devem se aposentar até o ano que vem. A idade média do servidor é de 55 anos, e muitos têm aversão ou desconhecimento sobre tecnologia, e isso dificulta muito." A situação brasileira também preocupa entidades como a Transparência Internacional, que se dedica ao combate à corrupção e atividades delituosas em nível global.

Segundo o gerente do programa de integridade sócio-ambiental da Transparência Internacional Brasil, Renato Morgado, o assunto da cadeia do ouro deixou de ser uma preocupação da área ambiental, além de ser preciso intensificar o tratamento do tema sob o enfoque do combate à corrupção e da lavagem de dinheiro.

"Para quebrar a cadeia do crime, você tem de mobilizar mecanismos que consigam incidir sobre quem está no topo da cadeia. Quando você mobiliza esses mecanismos antilavagem e anticorrupção, você tem a capacidade de seguir o fluxo do ouro ilegal, do dinheiro, e aí você chega nas pessoas que estão no topo da cadeia de comando", diz.

Morgado afirma que essa perspectiva levou a seção brasileira da Transparência Internacional a levar o problema ao grupo de autoridades da Enccla no ano passado.

Também preocupadas com as fragilidades, a PF e a **Receita Federal** passaram a tratar do tema como prioridade e criaram um grupo de trabalho para cuidar do assunto.

Outra entidade de reputação internacional que adotou medidas recentes sobre o assunto foi a IUGS, que em 2020 criou um projeto para fazer um levantamento global sobre as ligações das organizações criminosas com a cadeia do ouro.

O representante brasileiro no projeto é o perito criminal federal Fábio Salvador, ex-diretor técnico-científico da PF. Ele coordena um programa chamado Ouro Alvo, que desde 2019 busca desenvolver técnicas para permitir o rastreamento do metal com a utilização de marcadores químicos.

Segundo o perito, os projetos da IUGS e da PF resultam da necessidade de entender os fluxos internacionais do metal, a partir de suas origens, se são lícitas, e se respeitam as políticas públicas dos principais países que controlam o comércio internacional do ouro. "O mundo inteiro está interessado nisso hoje." No Planalto, a prioridade não tem sido o esforço de fiscalização, mas de legalizar a mineração ilegal. O governo Bolsonaro, que já se reuniu diversas vezes com donos de garimpos ilegais em terras indígenas, apresentou o Projeto de Lei 191, que regulamenta a atividade, que sofre oposição de organizações indígenas. A matéria foi listada como prioridade legislativa para 2021.

Por outro lado, o senador da oposição Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentou no mês passado um projeto para aprimorar a rastreabilidade do ouro. A proposta inclui a criação de uma guia de transporte, semelhante ao que se exige hoje da cadeia da madeira nativa e da carne bovina.

-

OUTRO LADO

Ministério diz que situação precisa mudar

Quanto às fragilidades na fiscalização, em nota enviada à Folha, o Ministério de Minas e Energia (MME) relata que "a posição do MME é que essa situação tem de mudar".

O ministério diz que está atuando para implementar um processo de rastreabilidade do ouro que permita o cruzamento de informações entre órgãos estatais e criar um sistema de nota fiscal eletrônica.

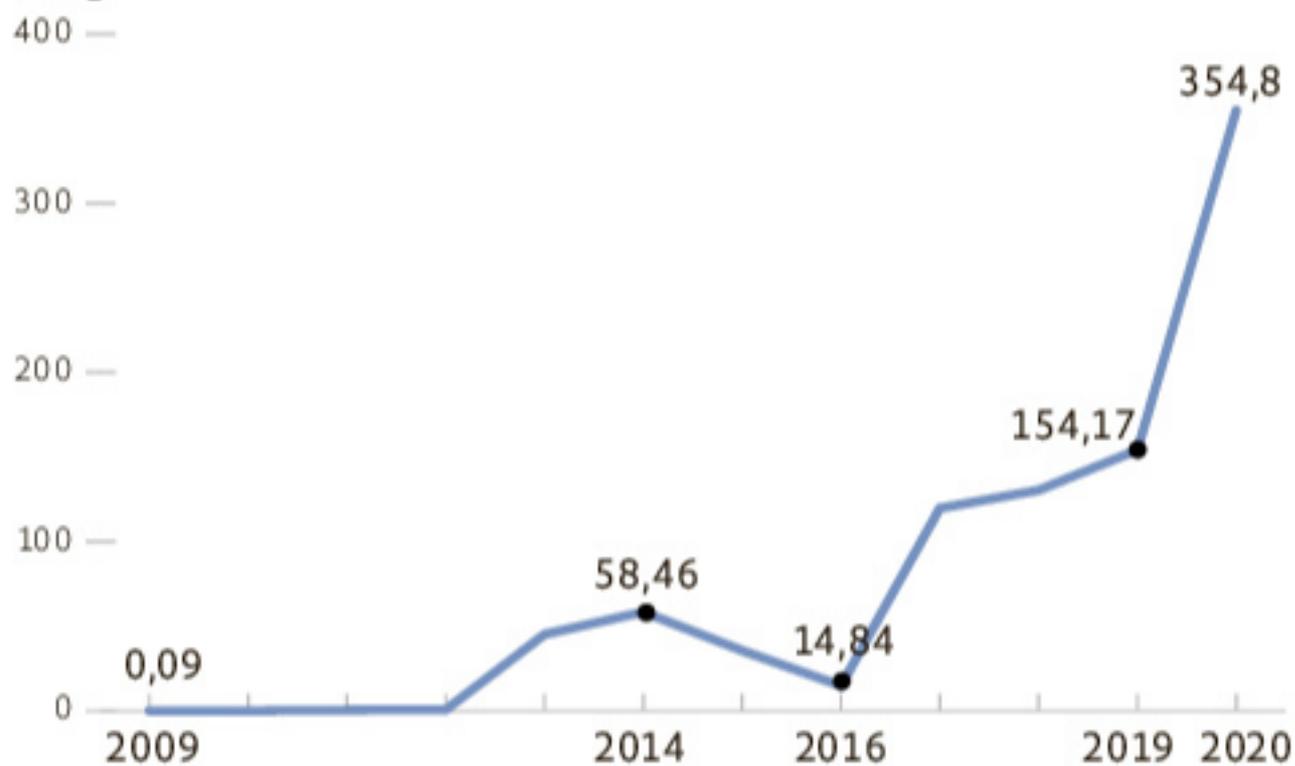
Em relação ao déficit de pessoal na ANM, o ministério afirma que "está em curso um processo para preenchimento de 40 vagas para fiscalização de barragens, e o MINISTÉRIO DA ECONOMIA já autorizou concurso para mais 150 vagas. Além disso, temos procurado dotar a força de trabalho da ANM com o remanejamento de servidores de outros órgãos." Procurada por email e telefone, a ANM não respondeu os questionamentos da reportagem até o final da tarde desta segunda-feira (5).

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49488>**

## Quantidade de ouro apreendida pela PF desde 2009

Em kg



Fonte: Polícia Federal

# Saiba como fazer a declaração inicial de espólio no IR

A declaração deve ser feita pelo inventariante ou pelo interessado com os poderes de inventariante. Enquanto o inventário estiver tramitando na Justiça, é preciso entregar a Declaração Intermediária de Espólio. A Declaração Final de Espólio será feita após a sentença judicial que homologar a partilha dos bens.

64 - Minha filha fez 25 anos em junho de 2020 e há mais de um ano não é minha dependente no plano de saúde, mas ainda há despesas de serviços a pagar porque há um limite para o desconto no meu contracheque. Como declaro? (M.F.). O fato de ter completado 25 anos em 2020 não gera perda da condição de dependência no IR de 2021, desde que ela tenha cursado ensino superior ou técnico em 2020. Se isso ocorreu, ela ainda pode ser sua dependente (ficha Dependentes - código 22). Só poderá deduzir os gastos médicos dela se ela constar na sua declaração como dependente.

65 - Sou isento de declarar. Recebi precatório através do Banco do Brasil, decorrente de ação impetrada contra a **Receita Federal**, referente a cobrança indevida do IR sobre salários. Como declaro? (T. A.). Lance na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, pelo Titular - linha 26. Mencione "Precatório Judicial referente a IR" e informe também CNPJ e nome da fonte pagadora.

66 Meu pai morreu em 2020 sem deixar bens, conta bancária ou testamento. Ele recebeu pensão como aposentado em valor que o obrigava a declarar. Como faço a declaração dele? (F. A.). Faça a Declaração Inicial de Espólio. Informe na ficha Identificação do Contribuinte o código 81. Preencha a ficha Espólio, informando nome e CPF do inventariante. Declare o que ele recebeu de acordo com a natureza (tributáveis, isentos e não tributáveis, tributados apenas na fonte etc.), segundo o Comprovante de Rendimentos do **INSS**. Como não há bens a inventariar, não há obrigatoriedade de apresentar a Declaração Final de Espólio.

67 - Minha mãe morreu em dezembro. Como faço a declaração dela? (M. F.A.T.). Faça a Declaração Inicial de Espólio. Informe na ficha Identificação do Contribuinte o código 81. Preencha também a ficha Espólio, com nome e CPF do inventariante ou do interessado com os poderes de inventariante. As demais fichas seguirão o preenchimento tradicional.

Enquanto o inventário estiver tramitando na Justiça, apresente anualmente a Declaração Intermediária de Espólio. A Declaração Final de Espólio será feita após a sentença judicial que homologar a partilha ou escritura pública.

68 Ganhei uma gleba de terra de 49 hectares em 2000 e nunca declarei. Como regularizo a situação? (E.O.). Retifique as últimas cinco declarações e inclua a gleba na ficha Bens e Direitos - código 13. Nos campos Situação ao final de cada ano, informe o valor constante do instrumento de doação (escritura etc.). Informe o mesmo valor na linha 14 da ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis.

69 - Em aplicações (CDB, fundos etc.) qual o nível de detalhamento exigido? (M.T.F.). Declare na ficha Bens e Direitos pelos códigos por tipo de aplicação de mesma natureza e por banco, informando nome e CNPJ de cada instituição, agência e conta (quando exigido). Em Situação em 31/12/2019 e Situação em 31/12/2020, declare os saldos conforme o Comprovante de Rendimentos Financeiros fornecido pelas instituições em que os recursos estão.

70 - Em 2020, vendi meu título de sócio de clube, adquirido em 1982, por R\$ 23 mil acima do declarado no IR. Como e onde declaro essa diferença? (R.F.). Se o valor de venda do título foi por até R\$ 35 mil, está isento do IR. Se foi superior, preencha o programa GCap/2020 e importe os dados para o IR 2021. Na ficha Bens e Direitos, dê baixa no título, detalhando a operação em Discriminação. Deixe com 0,00 o campo Situação em 31/12/2020.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49488>

# Receita Federal prorroga ajuda ao Acre

Os moradores de dez municípios do Acre afetados pelas inundações recentes ganharam mais prazo para pagar os **tributos** referentes à União.

A **Receita Federal** prorrogou, para 31 de maio, o vencimento dos **impostos** e das contribuições que venceram em fevereiro e março.

A medida beneficia os contribuintes da capital, Rio Branco, e de mais nove municípios: Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Mâncio Lima e Rodrigues Alves.

Segundo a Receita, a prorrogação também se aplica às prestações de parcelamentos vencidos em fevereiro e março.

Em nota, a Receita informou que as medidas se devem à declaração do estado de calamidade pública, pelo governo do Acre, após as enchentes que assolaram o estado nas últimas semanas.

A prorrogação não se aplica aos vencimentos do Simples Nacional, regime especial de tributação para as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais. Para essas categorias, as parcelas do Simples estão suspensas de abril a junho em todo o país, por causa do agravamento da pandemia de covid-19.

No início do ano, rios e igarapés transbordaram no Acre, deixando famílias sem casa. A situação foi agravada pelo aumento de casos de Covid-19 no Estado e a explosão de infecções por dengue. O governo destinou parte de um pacote de R\$ 450 milhões à defesa civil para os atingidos no Estado. O Acre também foi palco de uma crise humanitária, uma vez que centenas de haitianos estão retidos na fronteira do Estado no Peru. Eles tentaram deixar o Brasil para migrar para os EUA.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Senado deve votar duas propostas sobre IR

**Renan Truffi**

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu incluir na pauta de hoje dois projetos que tratam do imposto de renda. O primeiro prorroga o prazo para que contribuintes façam sua declaração à **Receita Federal** neste ano. O segundo sugere que, durante a pandemia, os trabalhadores da área de saúde e aqueles que perderam seus empregos no ano passado deverão ter prioridade na restituição.

A proposta de prorrogação do prazo de declaração é de autoria do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) e já foi aprovada na Câmara dos Deputados. O texto estabelece que os contribuintes terão até 31 de julho para declarar seus rendimentos, três meses a mais do que o previsto inicialmente (30 de abril).

Apesar disso, o projeto mantém o calendário de restituição do Imposto de Renda a partir de maio. No ano passado, os parlamentares já haviam aprovado projeto parecido. Na ocasião, eles decidiram estender o prazo de declaração do imposto por 60 dias, também em função da pandemia.

O outro projeto que entrou na pauta é de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA). De acordo com a proposta, os profissionais de saúde com rendimento de até dez salários mínimos e os trabalhadores que estiverem desempregados na data final da entrega da declaração de rendimentos entrarão na lista de prioridades para a restituição.

Na prática, as duas categorias passam a integrar uma lista prioritária prevista na Lei 9.250, de 1995, que atualmente beneficia idosos e profissionais do magistério, nessa ordem. "A presente proposta dá a muitos cidadãos brasileiros a possibilidade de um auxílio extra na sua manutenção e na preservação de sua dignidade, fazendo uso de um valor que já lhe pertence, além de ajudar o país no reaquecimento de sua economia", afirma o petista.

Na quinta-feira, o Senado planeja votar duas propostas que tratam de preços e **tributos** relacionados à pandemia. O primeiro prevê a imunidade tributária para vacinas humanas no prazo de cinco anos e o segundo veda o reajuste anual de medicamentos enquanto durarem as medidas de emergência em saúde pública.

A ideia de uma imunidade tributária para vacinas foi sugerida pelo senador Otto Alencar (PSD-BA) por

meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e recebeu o apoio de diversos senadores. O projeto diz que "fica vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios", no prazo de cinco anos, "cobrar **tributos** sobre a produção, o armazenamento, a comercialização, o transporte e qualquer serviço relacionado à aplicação de vacinas para medicina humana."

A PEC foi apresentada originalmente pelo senador Major Olímpio (PSL-SP), que morreu após ter complicações por conta da covid-19. "Infelizmente, [Major Olímpio] não conseguiu apresentá-la. Como forma de expressarmos perante a sociedade brasileira uma homenagem a esse grande senador, essa PEC passa a se chamar PEC Senador Major Olímpio", escreveu Otto.

A segunda proposta é de autoria do senador Lasier Martins (Podemos-RS). O texto veda o reajuste anual de medicamentos enquanto durarem as medidas de emergência em saúde pública. Caso seja aprovada no Congresso e transformada em lei, a medida se aplicará retroativamente a qualquer reajuste realizado em 2021, não gerando, no entanto, direito a restituições de pagamentos já ocorridos.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Receita autoriza uso de saldo negativo de IRPJ para pagar INSS



Caio Malpighi: Receita foi coerente ao considerar as especificidades do regime

## **Bárbara Pombo De São Paulo**

Empresas que registraram saldo negativo de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL podem compensar os créditos gerados com débitos de contribuições previdenciárias apuradas pelo eSocial. O sinal verde foi dado pela **Receita Federal**, a partir da Solução de Consulta nº 15, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

O saldo negativo é a diferença entre o montante de IRPJ e CSLL antecipado mês a mês a partir de uma estimativa de lucro e o que a empresa realmente apurou sobre o lucro real no dia 31 de dezembro de cada ano, quando ocorre o fato gerador dos **tributos**.

O caso analisado pela **Receita Federal** é de um comerciante. Ele questionou se poderia fazer a compensação de créditos dos **tributos** apurados por estimativa ao longo de 2018 com débitos de contribuições previdenciárias apuradas por meio do eSocial, a partir de julho daquele ano. A dúvida, portanto, era se as antecipações feitas no primeiro semestre daquele ano impediriam a compensação.

Apesar de os recolhimentos mensais por estimativa terem ocorrido antes do uso do eSocial - no primeiro semestre de 2018 -, a Receita entendeu que a compensação cruzada é possível nessa situação porque o fato gerador do IRPJ e da CSLL ocorre

apenas no último dia de cada ano. No caso específico, no dia 31 de dezembro de 2018 o contribuinte já usava o eSocial.

"A compensação que tenha por objeto o débito das contribuições previdenciárias a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei nº 11.457, de 2007, relativo a período de apuração posterior à utilização do eSocial, pode ser compensado com a integralidade do saldo negativo de IRPJ/CSLL constituído ao final do exercício - quando se tem por efetivado o fato gerador destes **tributos** -, desde que o sujeito passivo tenha utilizado o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para apuração das referidas contribuições e cumpra o disciplinamento firmado pela RFB", diz a solução de consulta, que vincula os auditores fiscais do país.

Na resposta ao contribuinte, a Receita interpretou dispositivo da Lei nº 11.457, de 2007, inserido pela Lei nº 13.670, de 30 de maio de 2018, que proíbe a compensação de débitos previdenciários com créditos de demais **tributos** apurados antes da utilização do eSocial pelo contribuinte.

Segundo advogados, a manifestação da Receita é correta e traz alívio de caixa para as empresas que apuram os **tributos** pelo lucro presumido ao permitir a compensação de saldo de IRPJ e CSLL com débitos de contribuição previdenciária apurados pelo eSocial.

"Apesar da interpretação geral equivocada que veda a compensação cruzada, a Receita foi coerente ao considerar as especificidades desse regime de apuração", afirma Caio Malpighi, advogado tributarista do Ayres Ribeiro Advogados.

Para Rubens de Souza, coordenador da área tributária da WFaria Advogados, "surpreendente seria se não concordassem com essa compensação". Ele chama a atenção, porém, para um cenário que foge do escopo da interpretação do Fisco. "Estamos falando do saldo negativo apurado no final do período, situação diferente do recolhimento a maior de estimativa mensal, em que pode aproveitar crédito dentro do ano calendário."

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/18](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/18)

**6785**

# Saída: investir mais via previdência - RAUL VELLOSO

**RAUL VELLOSO**

A história recente do orçamento público é uma tragédia em dois atos: até o Plano Real, quando era uma peça de ficção, por conta da alta **inflação**. Depois, cheio de gasto obrigatório e sujeito a um teto global, mostra um forte viés anti-inversão.

Os orçamentos públicos estimam a receita e fixam a despesa para um dado ano. Com a disparada da **inflação** a partir dos oitenta, os orçamentos anuais foram virando mais e mais uma peça de ficção. Não podendo sinalizar realismo inflacionário por razões óbvias, as subestimativas de receita (e, portanto, de despesa) implicavam simplesmente encurtar, na prática, o período a que o orçamento se referia, exigindo sucessivas atualizações de valores dos gastos para cima ao longo do ano, à medida que as receitas fossem sendo revistas.

Assim, no Brasil, valor nenhum de gasto previsto na versão original dos orçamentos tinha execução garantida. A não ser que houvesse uma obrigação legal que impusesse o gasto por si só. Pressionados para ampliar os orçamentos, os relatores da Comissão de Orçamento costumavam dizer: espera um pouco que a aceleração da **inflação** produzirá mais receita - ou seja, os velhos "excessos de arrecadação" -, exigindo suplementação do orçamento original antes de o ano acabar. Era nesse ambiente que se faziam os acertos políticos à margem do orçamento original.

Ainda com a **inflação** descontrolada, veio a Carta de 1988 e o forte crescimento dos pagamentos a pessoas que o orçamento federal autorizava (basicamente, em pessoal, previdência e assistência social). Constituindo o núcleo dos chamados gastos obrigatórios, estes representam hoje algo ao redor de 95% do total. Assim, num primeiro momento, o grau de irrealismo continuava alto, e, o que ficou pior do ponto de vista político, o espaço de negociação ao longo do ano se reduziu muito, já que o peso do gasto discricionário diminuía bastante.

Posteriormente, diante do sucesso do Plano Real, praticamente se extinguiram os excessos de arrecadação, reduzindo as possibilidades de alterar o orçamento original ao longo do ano, enquanto o peso dos gastos obrigatórios só aumentava.

Num orçamento desse padrão, a União conseguiu a façanha de derrubar sua razão investimento-**PIB** quase seis vezes, entre 1950 e 2019, segundo o IBGE, investimentos esses que, lá atrás, eram o principal componente dos "gastos discricionários" residuais. Do início dos cinquenta para cá essa taxa caiu de 2,63 para 0,47% do **PIB**. Chocante, não é? Não é por outra razão que o **PIB** cresceu, em média, a 9% ao ano nos anos setenta, e dos anos 80 para cá tem em média patinado entre 1,5 e 3% ao ano. Esta é a essência da escolha que foi feita: mais gasto corrente (com seu mérito eventual) e menos investimento (ou seja, menos **PIB**).

A exemplo dos anteriores, o atual governo aprovou uma pouco ousada reforma de regras da previdência, tal que o problemático regime dos servidores da União apresenta hoje um deficit financeiro ao redor de R\$ 80 bilhões por ano, com tendência a piorar. No mesmo diapasão, o deficit financeiro do conjunto dos Estados e municípios alcança R\$ 97 bilhões, vindo subindo à toda desde 2011, quando alcançava apenas R\$ 25 bilhões. Mais chocante ainda. Ou seja, o setor público hoje usa não menos que R\$ 200 bilhões do que arrecada anualmente, simplesmente para cobrir os déficits dos regimes próprios, sem falar no deficit do **INSS**, outra enormidade. E o investimento, que é bom, se foi...

Pois bem, diante disso, o governo federal, na emergência vivida à época, dignou-se apenas a criar, em 2016 e via PEC, a exigência de um teto de difícil aplicação para os gastos totais federais (agora estendido aos Estados e municípios) igual à **inflação** decorrida, e vendeu a medida como a salvação do país (já que, segundo a burocracia, ela evitaria que a dívida pública e a **inflação** explodissem; será mesmo?). Apoiados em seus ilustres consultores, os mercados financeiros compraram a tese e passaram a pressionar o governo para cumprir o impossível, num impasse que se mostra cada dia mais acirrado, agora com a participação do recém-aliado Centrão. Na aprovação do orçamento de 2021, este, ciente de suas necessidades políticas, tem lutado tenazmente para comandar uma parte relevante do mísero orçamento discricionário, tendo contra si a muralha inexpugnável da Fazenda, que pensa o oposto.

M o s t r e i , e m  
<https://www.youtube.com/watch?v=l1aHTjWxk80>, que,

em vez de concentrar tudo em corte de gastos, a saída é equacionar os gigantescos déficits das previdências públicas via aporte de ativos em fundos de pensão criados para esse fim, redirecionando os recursos liberados para investimentos em infraestrutura. Ah, que falta faz um ministro do planejamento à antiga...

Ao lado de ter conseguido reduzir drasticamente o número de mortos pela Covid e aprovar no Congresso um programa de reativação rápida da economia de US\$ 1,7 trilhão, Joe Biden acaba de lançar nos Estados Unidos um gigantesco plano de investimentos em infraestrutura dimensionado em não menos que US\$ 2 trilhões. E nós, cara-pálida, sujeitos ao teto até 2037?

## A pandemia e a evolução política (2)

» *Ademar Kyotoshi Shojo SatoMonge*

No mês de março, completamos 10 anos da tragédia de Fukushima, que mexeu com o mundo. E agora o coronavírus. Coronavírus é um fenômeno inusitado como pandemia, vem atingindo simultaneamente o mundo todo e não sabemos quando acaba, mesmo com a vacinação em massa, medidas sociais sanitárias e de higiene pessoal, o caminho comprovado pela ciência e pelo bom senso. Isto porque a covid-19 é mutante que está a fim de sobreviver como um ser teimoso, ou seja, a humanidade ainda não completou a lição da tristeza, do medo e da apreensão que ele nos está incumbindo.

Além das notícias internacionais sobre a pandemia, acompanho especialmente a sua evolução no Brasil, onde nasci, trabalho e vivo com meus filhos, netos e amigos e no Japão, em virtude dos laços ancestrais e de afetividade com parentes e amigos. E também porque aquele país tem sido uma referência mundial no trato com a saúde individual e social nos últimos tempos.

Não sou especialista na área científica, médica nem sanitária e não tenho muita familiaridade com números, embora seja economista. As seguintes informações recolhi na infalível Wikipédia do último dia 28 de março: no mundo todo, houve 127 milhões de infectados, desse total, 71,8 milhões foram recuperados (56,5%) e morreram 2,78 milhões de pessoas (2,1%); no Japão, total de 467 mil infectados, 439 mil recuperados (94%) e 9 mil mortos (1,9%); no Brasil, 12,5 milhões de infectados, 10,9 milhões de recuperados (87%) e 311 mil mortos (2,5%).

Esses números comparativos não são tão díspares. Ocorre que o Japão, como outros países do primeiro mundo estão preocupados com a segunda onda do coronavírus na transição do mês de fevereiro para março, carregada pela segunda variante da covid-19. Assisto ao sumô regularmente pelo canal estatal japonês NHK, ouço notícias e observo a feição das pessoas e autoridades, invariavelmente de máscara, o que não ocorria antes.

Há duas semanas, ouvi o pronunciamento do primeiro-ministro, Yoshihide Suga, propondo unir esforços dos governos municipais e estaduais como imprescindível para o bem comum no controle da pandemia. Ele é o líder do Partido Liberal Democrata, que tem ocupado sucessivamente o poder no Japão desde a sua fundação, em 1955, atualmente com 55% de

representantes no Congresso Nacional, que tem 710 deputados e senadores.

Alguns dias antes, Yukio Edano, dissidente progressista desse partido e que fundara o Partido Constitucional Democrata, em 2017, dissolvido em 2020 por falta de adesões, se pronuncia por ocasião dos 10 anos da tragédia de Fukushima, propondo a extinção de todas as usinas nucleares que restam no Japão e o reforço do Estado, especialmente na **previdência social** dirigida para idosos e jovens. Mas ele fala agora em nome do novo Partido Democrata Constitucional, que foi refundado com o advento da pandemia e que rapidamente passa a ser o segundo partido vigente com 152 cadeiras - 21% - no Congresso Nacional. Suplanta o Komeito, o partido fundado em 1998 por Daisuke Ikeda, de inspiração budista, com 57 cadeiras, deixando para trás a chamada esquerda - Partido Comunista Japonês, que existe desde 1922, e o Partido Social Democrata, herdeiro do Partido Socialista Japonês, fundado em 1945 e dissolvido em 1998 - que somam apenas 27 cadeiras.

É notável essa evolução da democracia no Japão sob a influência da pandemia como continuidade da tragédia de Fukushima: papel vigilante do Estado sobre o mercado, reforço da **previdência social**, a involução da esquerda tradicional e também o enfraquecimento da direita conservadora. É o núcleo ideológico do centro e eticamente correto exercendo o seu papel angular na democracia.

Só quero ressaltar que a configuração sóciopolítica do Japão é muito especial, pois a figura do Imperador foi preservada como símbolo cívico da recuperação democrática após a derrota do Eixo, formado pelo fascismo, pelo nazismo e pelo militarismo imperialista na II Grande Guerra.

Em mensagem especial de ano-novo, o Imperador Naruhito e a Imperatriz Masako se dirigiram a todos os japoneses de forma muito delicada, respeitosa e carinhosa, prestando homenagem aos falecidos na pandemia, solidariedade aos seus familiares, agradecendo a dedicação de toda equipe médica e paramédica e reiterando os cuidados higiênicos e sanitários para toda população.

Confesso que senti vergonha de ser brasileiro, mas também esperançoso de que a nossa democracia evolua política e eticamente.

regente do Templo Shin-Budista de Brasília. Formado em economia e em direito pela USP

# O aumento da corrupção com a reforma administrativa (2)

**Sandra Silvestrini, Diretora do Movimento a Serviço do Brasil e coordenadora-geral da Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados)**

É comum encontrar casos de corrupção em toda a história brasileira, principalmente a partir da redemocratização, período em que a imprensa atua com liberdade. Os avanços no seu combate, entretanto, estão colocados em xeque. As ações tomadas pelo governo nos últimos anos impõem barreiras à transparência, com maior dificuldade para conseguir informações públicas e garantidas por lei.

Recentemente, a vaga almejada pelo Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) parece ter ficado mais distante. Pela primeira vez a OCDE criou um grupo para monitorar de perto o combate à corrupção. A preocupação é sobre os retrocessos brasileiros na área, a lei sobre abuso de autoridade e as dificuldades para partilhar informações de órgãos financeiros para investigações.

No Congresso Nacional, a OCDE perceberá propostas que podem provocar retrocesso ainda maior na política anticorrupção. O texto da reforma administrativa é um grande exemplo, pois acaba com a estabilidade dos **servidores públicos**, liberando a criação indiscriminada de cargos comissionados. A mudança na forma de contratação, não sendo mais por concurso público, indica também o quanto sua aprovação provocará efeitos drásticos no combate à corrupção. Mais poder ficará nas mãos de políticos.

A única justificativa para o anseio do Parlamento na rápida aprovação da reforma é o benefício próprio, já que a economia calculada em dez anos é pífia e pode ser alcançada sem desmontar o setor público. Os servidores são parte fundamental da engrenagem anticorrupção, pois a estabilidade atua para que os interesses escusos não avancem por influências políticas.

Com o fim da estabilidade, o déficit de servidores no setor público e a criação de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração para funções burocráticas, de assessoramento e chefia, o resultado pode ser letal. A influência política ganhará força nunca vista nos órgãos públicos: as repartições virarão um balcão de negócios, e a falta de servidores se

agravará.

A proposta, além de inconsistente, não se presta ao que seus defensores alardeiam: não moderniza o setor, não gera mais segurança para o Estado e não garante economia relevante.

Com milhões de brasileiros em vulnerabilidade social, o serviço público, para muitos, é a única fonte de acesso a serviços básicos. Fragilizá-lo propicia o retomo de práticas como o coronelismo e o clientelismo.

A pandemia jogou luz à importância dos serviços públicos e servidores para o Brasil; cabe aos parlamentares garantir a manutenção de um setor público mais forte, moderno e estruturado. E, para tal, é inadmissível uma reforma administrativa que, na contramão desse direito da sociedade, favoreça práticas escusas e lesivas ao país.

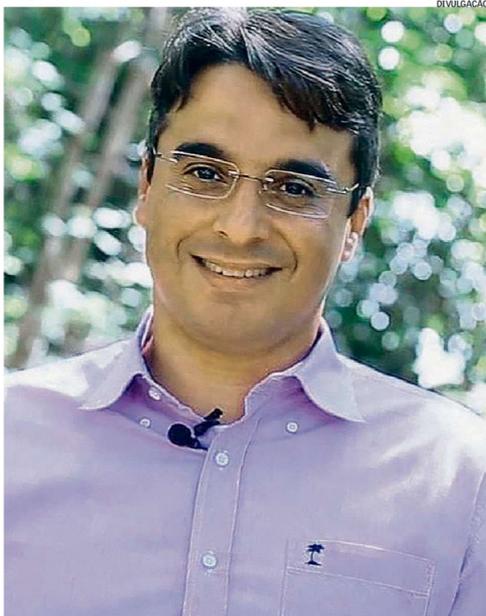
[...] A única justificativa para o anseio do Parlamento na rápida aprovação da reforma é o benefício próprio, já que a economia calculada em dez anos é pífia e pode ser alcançada sem desmontar o setor público. Os servidores são parte fundamental da engrenagem anticorrupção, pois a estabilidade atua para que os interesses escusos não avancem por influências políticas

Sandra Silvestrini, Diretora do Movimento a Serviço do Brasil e coordenadora-geral da Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados)

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49488>

# Políticas ambientais de Bolsonaro são ruins ou péssimas, diz pesquisa



Lima, do IDS: "A agenda socioambiental não pode ser pauta ideológica"

**Daniela Chiaretti**

Deputados e senadores avaliam o desmatamento como o maior problema ambiental brasileiro espelhado na má governança pública na área. A maioria dos parlamentares não entende a proteção ambiental como barreira ao desenvolvimento econômico. O governo de Jair Bolsonaro é mal avaliado em clima e meio ambiente - suas políticas são consideradas ruins ou péssimas.

Estes são alguns dos achados de uma pesquisa pioneira feita em profundidade com 179 parlamentares sendo 154 deputados e 25 senadores. Eles responderam a 15 perguntas feitas por especialistas de cinco organizações - Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), WWF-Brasil, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), ACT Promoção da Saúde e Observatório do Clima.

As questões versaram sobre licenciamento ambiental, regularização fundiária, sustentabilidade na **reforma tributária**, função do Congresso em relação à **legislação**, direitos dos consumidores e impactos ambientais dos modelos do setor elétrico, relação entre saúde, clima e ambiente, entre outros temas.

A pesquisa, feita pelo "**Congresso em Foco**", levou em conta o equilíbrio de forças no espectro político entre representantes da base governista,

independentes e da oposição. Contemplou todos os Estados, parlamentares de 24 partidos, homens (84%) e mulheres, com proporcionalidade entre as regiões do país.

O principal problema ambiental do Brasil, citado pelos parlamentares de todos os campos políticos, é o desmatamento (43%). A adesão ao desmatamento zero na Amazônia e no Cerrado é significativa (26%). As políticas de meio ambiente e clima do governo Bolsonaro foram avaliadas como ruins ou péssimas por 50,3% e ótimas ou boas por 24,5% dos políticos entrevistados.

A maioria diz que a **reforma tributária** deve incluir regras que incentivem a sustentabilidade (58,66% concordam totalmente com esta afirmação) e que o país precisa endurecer as penas para os crimes ambientais. A maioria discorda da afirmação que este é o momento de aprovar uma lei regulamentando a mineração em terras indígenas. Em relação à legislação fundiária, a maioria (43%) defende que a lei deve favorecer apenas os antigos ocupantes que dependem da terra para viver.

Há, contudo, ambiguidades nas posições dos parlamentares. Quando as questões descem a detalhes, as respostas são menos contundentes. "Se a grande maioria (68%) é favorável a tributar carbono, quando se fala em tributar combustíveis fósseis por causa da emissão de CO<sub>2</sub>, aí é outra história", aponta o advogado Andre Lima, coordenador do IDS e um dos coordenadores do relatório "Visão socioambiental do Congresso Nacional".

Lima diz que um elemento interessante da análise foi "sair do gueto exclusivamente ambiental. "O parlamentar que defende saúde é alguém com potencial para defender ambiente e vice-versa".

"No tópico saúde, há pontos curiosos", diz Paula Johns, diretora geral da ACT Promoção da Saúde, entidade que atua em redes por políticas públicas de promoção de saúde. "Se forem tomadas algumas atitudes para resolver a questão climática também se resolvem temas de saúde", diz. "Algumas medidas regulatórias poderiam beneficiar todos estes temas".

É alta a percepção dos parlamentares em tributar mais tabaco e álcool, diz Paula Johns. No caso de taxas

para bebidas adoçadas, os números são bem maiores do que os registrados em pesquisas feitas pela organização há dois anos.

Profissionais do Idec acompanham projetos de interesse do consumidor que tramitam no Congresso. "A pesquisa nos mostra que os parlamentares estão sensíveis à mudança de comportamento dos cidadãos e das empresas. Mas entre a percepção e a prática tem distância significativa", diz Teresa Liporace, diretora-executiva do Idec. Ela cita um projeto que permitirá ao consumidor escolher que tipo de energia quer comprar, por exemplo, mas que é desconhecido da maioria dos parlamentares. "Desconhecem um projeto que faz uma transição energética sustentável e justa, que não penaliza o consumidor. Isso sinaliza que nós, da sociedade civil, precisamos trabalhar mais", diz.

"Temos uma bancada socioambientalista de oposição e a base governista, de outro lado. Mas identificamos um campo não majoritário de parlamentares que não é oposição e nem ambientalista, mas não necessariamente antiambiental", diz. "Temos que aprender a trabalhar com este meio de campo sensível e tentar criar uma barreira contra os retrocessos", segue. "Há espaço para transformar a agenda socioambiental em pauta não ideológica. É onde temos que avançar. Não pode ser uma pauta da esquerda. Se o Centro não embarca, perdemos tudo."

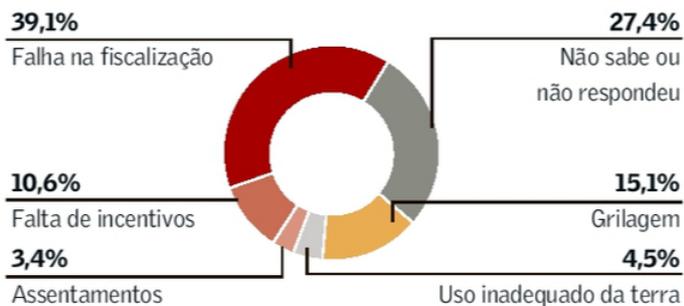
A iniciativa de fazer uma avaliação do Congresso é ambiciosa. Engloba dois outros estudos e uma série de artigos. O material é ancorado em um hub, o recém-lançado Painel Parlamento Socioambiental, coordenado pelo IDS.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

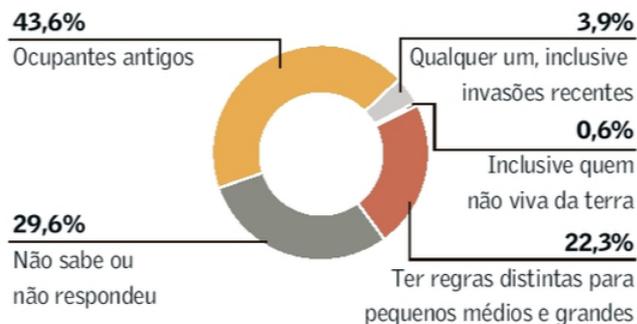
## Ambiente no Parlamento

Pesquisa mostra o que pensam deputados e senadores sobre temas socioambientais

### ■ Qual é a principal causa dos desmatamentos e queimadas



### ■ A regularização fundiária deve favorecer:



Fonte: Visão Socioambiental do Congresso Nacional - Congresso em Foco

## Crise de confiança nos investimentos (3)

Em setembro de 2020, em discurso na ONU, o presidente Jair Bolsonaro disse que os investimentos diretos no País (IDP) haviam aumentado no primeiro semestre em comparação com o ano anterior.

"Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo." A afirmação era duplamente falsa: primeiro em relação aos fatos, depois à sua avaliação.

Na verdade, os investimentos diretos no País caíram, e o fator que comparativamente mais contribuiu para isso foram as incertezas geradas pelo desgoverno nacional.

Segundo o Banco Central (BC), no primeiro semestre de 2020 o IDP foi de US\$ 25,3 bilhões, enquanto no mesmo período de 2019 foi de US\$ 32,3 bilhões.

No Índice de Confiança para Investimento Estrangeiro Direto anual, lançado recentemente pela consultoria A.T. Kearney, o País caiu duas posições, e agora está em 24.º lugar.

O investimento estrangeiro direto (IED), destinado a ampliar a produção das empresas, é um indicador importante por refletir um interesse duradouro por parte do investidor internacional.

Conforme o Banco Mundial, é o melhor tipo de investimento para gerar empregos, desenvolver infraestrutura e transferir tecnologias. O IDP é a composição do IED e dos lucros das empresas estrangeiras no Brasil e de recursos de empresas brasileiras com subsidiárias no exterior.

No total, os ingressos do IDP caíram de US\$ 69 bilhões, em 2019, para US\$ 34 bilhões, em 2020. "Como tais fluxos são considerados de fundamental importância para a transferência de tecnologia, é possível que quedas duradouras dessa variável possam comprometer o processo de integração nas cadeias globais de valor e a competitividade", alertou o BC, "com consequências para o desenvolvimento econômico de longo prazo." Naturalmente, o declínio tem razões sistêmicas derivadas da pandemia. Mas o Índice de Confiança da Kearney, resultante de uma pesquisa feita com 500 executivos seniores das maiores multinacionais sobre os destinos mais atrativos para os próximos três anos, mostra que, comparativamente, a confiança no Brasil vem derretendo.

O País chegou a ser o terceiro destino predileto em

2012 e 2013, por causa da riqueza de seus recursos naturais e da renda então crescente da classe média.

Mas as incertezas econômicas, o desgoverno político e os escândalos de corrupção levaram a uma queda dramática.

Na avaliação deste ano, os responsáveis pelo Índice advertem que "a queda reflete a deterioração da economia doméstica e do ambiente de governo", manifestando especial preocupação com o descontrole do contágio e os tropeços na vacinação.

Em 2020, a Formação Bruta de Capital Fixo, ou seja, os investimentos que aumentam a produção, apresentou uma queda de 0,8% em relação à sua participação no **PIB**. Dados do FMI mostram que no Brasil esta participação está em 16,4% - o nível mais baixo desde 1968, segundo a FGV. Na América Latina, esta participação é de 19,6%; no mundo, 26,2%; e nos países emergentes, 32,8%.

Em editorial recente, bem a propósito intitulado A pandemia empurra as finanças do Brasil para a beira do colapso, o jornal Financial Times - outro indicador importante em se tratando de percepção do mercado - advertiu sobre o agravamento da crise pandêmica em razão da "teimosa desídia" do presidente Bolsonaro - isso sem falar em outros fatores de desconfiança, como as suas intervenções desastradas nas estatais.

Ainda assim, o jornal lembra aos seus leitores que, "diferentemente de muitas nações presas nas agonias econômicas do coronavírus, o destino do Brasil está amplamente em suas mãos".

As soluções são conhecidas pelos investidores estrangeiros e nacionais. Entre elas, uma reforma administrativa que elimine privilégios do funcionalismo e estabeleça níveis sustentáveis para o endividamento público ou uma **reforma tributária** que racionalize os mecanismos de taxação e elimine as distorções que privilegiam as elites de uma das sociedades mais desiguais do mundo. Além disso, a modernização de marcos regulatórios, como o do gás ou do saneamento - que já foram aprovados pelo Congresso -, certamente ajudará a resgatar a confiança dos investidores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Regra do auxílio emergencial obriga a subir impostos; quem será afetado?

**Giulia Fontes**

Com a aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que possibilitou o pagamento do novo auxílio emergencial, o governo federal ficou obrigado a encaminhar ao Congresso, até setembro de 2021, um plano para reduzir os benefícios tributários (isenções e reduções de imposto). Na prática, isso significa que o governo terá de enviar propostas para aumentar **impostos** para setores que, hoje, são beneficiados com descontos nos **tributos**. Até poupança e carros para deficiente podem sofrer impacto.

A Emenda Constitucional 109 prevê que os benefícios tributários sejam reduzidos a 2% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em até oito anos. Em 2021, segundo projeções da **Receita Federal**, os descontos nos **impostos** vão chegar a 4% do **PIB**. Veja a seguir quem passaria a pagar mais **impostos**.

Podem ser eliminadas, por exemplo, as deduções e isenções do Imposto de Renda para Pessoa Física. Segundo a Receita, esses benefícios representam, juntos, R\$ 55,7 bilhões em 2021.

Também podem entrar no corte isenções de poupança, automóveis para pessoas com deficiência, cadeiras de rodas, livros e incentivos à inovação e à pesquisa.

Setores como o automotivo, de informática, o agronegócio e a indústria farmacêutica também podem ser impactados. Os empresários afirmam que possíveis aumentos de imposto terão reflexo nos preços pagos pelos consumidores.

A Emenda Constitucional 109 salvou os benefícios das seguintes áreas:

Na opinião de Leonardo Alvim, pesquisador do Núcleo de Tributação do Insper, a sinalização de que os benefícios tributários serão reduzidos é positiva, mas é muito difícil que a medida seja colocada em prática.

Ainda segundo o pesquisador, obrigar o governo a apresentar um plano para reduzir os benefícios pode ser precipitado, já que o Congresso está discutindo propostas de **reforma tributária**, que também mexem com as isenções.

O UOL procurou representantes de setores que podem perder isenções. Alguns deles já conversam com parlamentares e com o próprio Ministério da Economia para evitar pagar mais **impostos**.

Vanda Scartezini, diretora e conselheira da Abes (Associação Brasileira das Empresas de Software), afirma que a redução dos benefícios tributários foi aprovada como um contrabando na PEC Emergencial.

No caso do agronegócio, a redução pode ter impacto sobre incentivos dados pelo governo à exportação.

Segundo Renato Conchon, coordenador do Núcleo Econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a retirada dos benefícios é vista com muita preocupação, pois pode afetar a competitividade dos produtores.

O setor de medicamentos diz que a carga tributária no Brasil já é a mais alta do mundo para os remédios, e que um possível aumento de **impostos** será necessariamente repassado ao consumidor.

Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), afirma que os medicamentos não podem ser vistos como os outros produtos.

O presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Luiz Carlos Moraes, também diz que o setor já paga muitos **impostos**.

Procurado pelo UOL, o Ministério da Economia respondeu que a **Receita Federal** não comenta projetos ou atos não publicados.

**Site:**

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/06/impostos-isencao-governo-federal-pec-emergencial.htm>

# Petrobras reajusta preço do gás canalizado em 39%

**Nicola Pamplona** rio de janeiro

A Petrobras anunciou nesta segunda (5) reajuste de 39% no preço do gás natural vendido a distribuidoras de gás canalizado no país. Os novos valores começam a vigorar no dia 1º de maio, e o repasse aos consumidores depende das regras de concessão de cada estado.

O gás natural é reajustado a cada três meses, e esse é o segundo aumento seguido no preço do combustível após os cortes promovidos no início da pandemia: em setembro, a alta foi de 33%.

O gás natural é usado por consumidores que recebem gás canalizado tanto para cocção quanto para aquecimento de água, por exemplo, e é importante insumo industrial, com grande peso nos custos de setores como químico, vidros e energia.

No início do governo, foi eleito como uma das prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia), que prometeu um "choque de energia barata" com o fim do monopólio no setor.

Segundo a estatal, o reajuste reflete a aplicação das fórmulas do contrato de fornecimento, que vinculam o preço à cotação do petróleo e à taxa de câmbio. Para o reajuste de maio, são consideradas as variações durante o primeiro trimestre do ano.

"Durante esse período, o petróleo teve alta de 38%, seguindo a tendência de alta das commodities globais. Além disso, os preços domésticos das commodities tiveram alta devido à desvalorização do real", disse a empresa em **comunicado**.

Além disso, acrescenta o texto, houve elevação na parcela do preço que corresponde ao transporte do combustível, que é definida por tarifas reguladas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e é reajustada pelo IGP-M, índice de **inflação** com forte peso da taxa de câmbio.

Ao longo de 2020, afirmou a Petrobras, o preço do gás natural chegou a cair 35% em reais, refletindo a queda nas cotações internacionais após o início da pandemia. Assim como ocorreu com os outros combustíveis, porém, os valores passaram a subir no segundo semestre.

A Petrobras frisou ainda que o preço final pago pelo consumidor inclui ainda outras parcelas, como as margens de distribuidoras de gás canalizado e postos de revenda (no caso do gás natural veicular) e **impostos** federais e estaduais.

O repasse ao consumidor depende da legislação de cada estado. Em alguns casos, os contratos preveem reajuste automático. Em outros, o acerto é feito em revisões tarifárias aprovadas pela agência reguladora estadual.

Em São Paulo, o próximo reajuste está agendado para 31 de maio. No Rio, os repasses são automáticos, mas a agência reguladora estadual suspendeu a última alta, de novembro, alegando que prejudicaria ainda mais o consumidor em meio à pandemia.

As empresas obtiveram liminar para repassar a alta de custos. Em nota, a Naturgy, que opera as duas concessões do Rio, disse esperar que o repasse seja autorizado na data em que entrar em vigor.

A Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado) disse que o preço cobrado pela Petrobras e a tarifa de transporte representam 59% do valor final cobrado do consumidor e que as elevações são transferidas sem gerar ganhos às empresas.

"Os aumentos no gás natural não trazem benefícios para as distribuidoras. Ao contrário, acabam tirando competitividade do gás natural em relação às outras fontes de energia como a gasolina, óleo combustível, GLP (gás de botijão) e eletricidade", diz **comunicado**.

As margens das concessionárias estaduais, acrescenta, representam 17% do preço final. "Com esse percentual realizam a manutenção dos ativos, os investimentos em expansão de rede e se remuneram pela prestação dos serviços de distribuição de gás natural canalizado."

Setor privado avança, mas 'choque de energia barata' ainda demora

rio de janeiro Quase dois anos após o lançamento do programa que prometeu um "choque de energia barata" com o fim do monopólio da Petrobras sobre o

gás natural, o mercado vê os primeiros grandes movimentos para a entrada de empresas privadas nesse setor.

A expectativa de especialistas, porém, é que efeitos sobre os preços ainda vão demorar a ocorrer.

O avanço das empresas se dá tanto pela produção nacional quanto em iniciativas de importação, além de estudos para ampliação da malha de gasodutos para permitir que os novos vendedores entreguem o produto a seus clientes.

No início do mês, a norueguesa Equinor anunciou o projeto de produção em um dos maiores campos de gás do pré-sal, com previsão de produção média de 14 milhões de metros cúbicos por dia, o equivalente a metade da atual capacidade de importação da Bolívia.

Na semana passada, a anglo-holandesa Shell recebeu autorização para importar o mesmo volume de gás boliviano, processo que depende ainda de ampliação do Gas-bol (Gasoduto Bolívia-Brasil), mas é visto como uma sinalização do interesse da empresa por esse mercado.

Ao mesmo tempo, as maiores empresas de transporte de gás natural do país, TAG (Transportadora Associada de Gás) e NTS (Nova Transportadora do Sudeste), abriram consultas para atrair clientes interessados em usar as tubulações, hoje ocupadas pela Petrobras.

"Já vemos muita movimentação, com propostas de entrega de gás a partir do ano que vem", diz Rivaldo Moreira Neto, da consultoria Gas Energy. "São propostas que apresentam competitividade em relação aos contratos atuais, mas ainda enfrentam barreiras materiais no transporte [do combustível]."

O "choque de energia barata" foi uma das primeiras bandeiras do ministro Paulo Guedes ao assumir a pasta da Economia em 2019. A proposta foca na redução do tamanho da Petrobras no setor para abrir espaço para a entrada de concorrentes privados.

Os primeiros passos foram dados com a venda, pela estatal, da TAG e da NTS, e com acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) determinando a venda também de sua subsidiária de distribuição de gás canalizado, a Gaspetro.

O acordo determinou também que a Petrobras parasse de comprar a parcela de seus sócios na produção de gás no pré-sal, obrigando as petroleiras estrangeiras a ir ao mercado. Empresas privadas são responsáveis por 25% do gás extraído no país, mas a estatal ainda é quase monopolista no suprimento ao

mercado não térmico.

É da estatal, aliás, o contrato de suprimento do primeiro cliente privado da TAG, já um reflexo dos esforços para abertura do setor: a empresa química Unigel, que contratou capacidade de gasodutos para levar o combustível às fábricas de fertilizante que arrendou da Petrobras.

"É muito importante para o mercado termos já um cliente privado", diz o presidente da TAG, Gustavo Labanca. A Unigel compra o gás da Petrobras, mas ela mesma contratou o transporte pelos dutos da TAG, usando capacidade ociosa da estatal.

A TAG, que opera os gasodutos do Norte e Nordeste, abriu um procedimento para sondar o interesse do mercado na expansão da capacidade do duto. A empresa que opera os gasodutos do Sudeste, a NTS, está no mesmo caminho.

O transporte é hoje um gargalo para os fornecedores privados já em operação ou com perspectivas de prazo mais curto, em geral envolvendo a importação de gás em navios na forma líquida. Há hoje duas unidades privadas de regasificação prontas no país, uma no Rio e outra em Sergipe, mas sem conexão com a malha de dutos.

Elas estão dedicadas a projetos de usinas térmicas. Dona do terminal em Sergipe depois da aquisição, em janeiro, da Golar Energy, a New Fortress Energy tem outros três projetos no Brasil -no Pará, em Santa Catarina e em Pernambuco- com previsão de início das operações em 2022.

Labanca, da TAG, diz que a conexão desses pontos de oferta ainda fora da rede, que chama de "ilhas", é uma das prioridades na estratégia de investimento da companhia. "Queremos ser protagonistas."

Para especialistas, a possibilidade de venda a outros clientes do gás importado para térmicas tem efeito duplo: reduz o preço da energia das térmicas ao garantir o uso do combustível nos períodos de chuva e gera competição no mercado de gás.

Nos anúncios do "choque de energia barata", Guedes prometia a redução dos preços à metade do valor vigente em 2019. Em 2020, segundo dados do MME (Ministério de Minas e Energia) o consumidor pagou, em média 0,9% a menos do que no ano anterior, mas a queda reflete o recuo das cotações do petróleo após o início da pandemia.

O mercado espera que a aprovação da Lei do Gás, em março, ajude a acelerar a abertura do mercado e o aumento da competição.

Já vemos muita movimentação, com propostas de entrega de gás a partir de 2022.

Elas apresentam competitividade, mas enfrentam barreiras no transporte

Rivaldo Moreira Neto, consultor

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**88**

## Preço e concentração no gás não cedem

Evolução do preço do gás

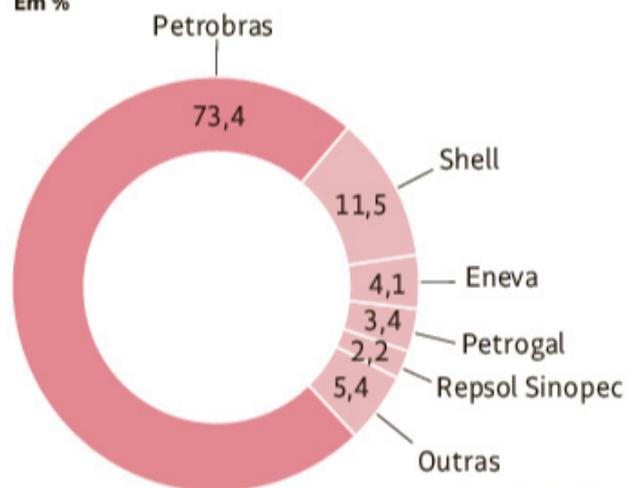
Em R\$ por metro cúbico



\*Até novembro

Distribuição da produção nacional por empresa em fevereiro

Em %



Fontes: MME e ANP

# EUA sugerem alíquota mínima mundial para imposto de empresas

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, defendeu nesta segunda-feira (5) a adoção de uma alíquota mundial mínima para os **impostos** sobre as empresas, dando a largada nos **esforços** do governo Biden para ajudar a elevar a arrecadação americana e impedir que companhias transfiram lucros para fora do país a fim de escapar dos **impostos**.

Yellen, em discurso ao Council of Global Affairs, de Chicago, apelou por coordenação mundial quanto a uma alíquota tributária internacional que se aplicaria a corporações multinacionais, independentemente de onde suas sedes se localizem. Uma alíquota mundial como essa impediria o tipo de "corrida ao fundo do poço" que vem acontecendo, disse Yellen, em referência à concorrência entre países para baixar mais e mais os seus **impostos** a fim de atrair negócios.

As declarações dela surgiram no momento em que a Casa Branca e os democratas do Congresso estão em busca de maneiras de pagar pelo abrangente plano de infraestrutura apresentado pelo presidente Joe Biden para reconstruir as estradas, pontes, sistemas de água e rede elétrica dos Estados Unidos.

"Competitividade envolve mais que o desempenho das empresas sediadas nos Estados Unidos em comparação com outras empresas em seus esforços mundiais de fusão e aquisição", disse Yellen, que foi presidente do Fed (o banco central dos EUA).

"Envolve garantir que os governos tenham sistemas tributários estáveis, a fim de arrecadar receita suficiente para investir nos bens públicos essenciais e responder a crises, e que todos os cidadãos dividam equitativamente o ônus de financiar o governo."

No discurso, seu pronunciamento mais longo desde que assumiu a Secretaria do Tesouro, Yellen destacou a dimensão do desafio que aguarda os Estados Unidos.

"Nos últimos quatro anos, vimos em primeira mão o que acontece quando os Estados Unidos se afastam do palco mundial", disse Yellen.

"Que os Estados Unidos venham primeiro jamais deveria significar que os Estados Unidos estejam sozinhos."

Yellen também destacou suas prioridades de combater a mudança do clima e reduzir a pobreza mundial, assim como a importância da liderança dos Estados Unidos para tirar o planeta da crise causada pela pandemia.

A secretária do Tesouro também apelou para que os países não revoguem cedo demais suas medidas de assistência fiscal e alertou sobre desequilíbrios mundiais crescentes caso alguns países retirem essas medidas antes que a crise acabe.

Abandonando radicalmente a posição do governo do ex-presidente Donald Trump, Yellen enfatizou a importância da colaboração estreita entre os Estados Unidos e seus aliados, apontando que as fortunas dos países de todo o planeta estão entrelaçadas.

E reformar o sistema tributário internacional é parte importante disso. As alíquotas tributárias que incidem sobre as empresas vêm caindo em todo o mundo, nos últimos anos. No governo Trump, a alíquota do imposto americano sobre as empresas caiu de 35% para 21%. Biden deseja elevá-la para 28% e aumentar a alíquota tributária mínima que as empresas dos Estados Unidos pagam sobre seus lucros estrangeiros para 21%.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em uma ação coordenada com os Estados Unidos, vem trabalhando para desenvolver uma nova arquitetura tributária internacional que incluiria uma alíquota mundial mínima para as companhias multinacionais, como parte de seu esforço para combater a transferência de lucros para jurisdições favoráveis e a erosão da base tributária.

Yellen disse que está trabalhando com seus colegas no G20 (Grupo dos 20), países avançados em mudanças no sistema tributário mundial, que ajudarão a impedir empresas de transferir lucros a jurisdições de baixa tributação.

"As propostas anunciadas pelo presidente Biden na semana passada pedem medidas internas audaciosas, que incluem elevar a alíquota mínima americana, e um engajamento internacional renovado, reconhecendo que é importante trabalhar com outros países a fim de

pôr fim às pressões da competição tributária e à erosão da base tributária dos **impostos** sobre as empresas", disse Yellen.

" Estamos trabalhando com os países do G20 a fim de chegarmos a um acordo sobre uma alíquota mínima para **impostos** empresariais que seja capaz de pôr fim à corrida ao fundo do poço."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**88**

## O Congresso e a Lei de Falências (3)

Em 2020, o Congresso aprovou a nova Lei de Recuperação e Falências, resultado de intensa participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Ministério da Economia. O projeto de lei, cujo objetivo é ampliar os mecanismos de sobrevivência das empresas com dificuldades financeiras, tinha sido aprovado há mais de dois anos na Câmara, mas estava parado no Senado. Por força da pandemia de covid-19, o tema ganhou nova urgência, levando a que o Senado aprovasse o texto apenas com emendas de redação, para evitar o retorno do projeto à Câmara.

No dia 24 de dezembro, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a nova lei (Lei 14.112/2020) com 14 vetos. O Congresso derrubou, no entanto, 12 dos 14 vetos, o que validou dispositivos importantes para a finalidade da lei.

Por exemplo, o Legislativo restabeleceu a regra de que os compradores de bens pertencentes às empresas em recuperação judicial não serão responsáveis pelas "obrigações do devedor de qualquer natureza, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista".

Com a nova lei, essa exclusão de responsabilidade (que já existia) fica mais clara e abrangente, trazendo segurança jurídica a eventuais compradores desses ativos. Promove-se, assim, uma valorização dos bens da pessoa jurídica em dificuldade financeira, favorecendo sua recuperação.

Outro tema de grande importância restabelecido pelo Congresso refere-se a compensações tributárias. Por exemplo, com a derrubada do veto ao art. 50-A, permite-se o uso de prejuízo fiscal para pagar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), por meio de compensação.

Antes da nova lei, essa utilização estava limitada a 30% do valor do débito.

Também se restaurou a regra de que, na renegociação de dívidas, o ganho da pessoa jurídica decorrente do abatimento da dívida negociada com credores não será considerado na base de cálculo do PIS e Cofins.

Tal previsão é importante.

Muitas vezes, os **tributos** sobre o deságio alcançado na redução das dívidas alcançam valores elevados, o que dificulta a recuperação da empresa.

Os dois vetos que foram mantidos se referiam à suspensão das execuções trabalhistas até a homologação do plano (o que onerava desproporcionalmente os trabalhadores) e à possibilidade de excluir da recuperação judicial créditos vinculados à Cédula de Produto Rural (CPR), em casos de força maior arbitrados pelo Ministério da Agricultura.

É preciso, no entanto, ressaltar dois aspectos da Lei 14.112/2020 que deixam a desejar.

Em primeiro lugar, o Congresso não corrigiu um equívoco criado com a Lei 11.101/2005, quando empresas concessionárias de serviço público foram autorizadas a aderir ao regime de recuperação judicial.

Incluída na legislação por força de pressões políticas envolvendo a Varig, tal possibilidade ignora as especificidades desse tipo de contrato, deixando o cidadão desprovido do serviço público de qualidade que o contrato de concessão deveria proporcionar.

Tamanho é o disparate dessa possibilidade que, em 2012, o Congresso aprovou a Lei 12.767/2012, proibindo a adesão das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica aos regimes de recuperação judicial e extrajudicial. Foi uma boa, mas parcial medida.

Obviamente, os problemas decorrentes de concessionárias de serviço público em regime de recuperação judicial não se restringem ao setor elétrico.

Outro aspecto da nova lei que contradiz a finalidade de trazer segurança aos processos de recuperação judicial e falência diz respeito à genérica dispensa de publicação dos atos na imprensa oficial e em jornal ou revista de circulação regional ou nacional. Com a nova lei, basta a publicação dos editais na internet, o que contraria a jurisprudência a respeito da necessidade de uma rigorosa publicidade desses atos.

A Lei 14.112/2020 é positiva, mas ainda é preciso aprimorar o marco jurídico das falências e das recuperações judiciais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O Biden brasileiro - PEDRO FERNANDO NERY

**PEDRO FERNANDO NERY**

Pela ocasião da alta votação de Joe Biden em 2020, que reuniu um amplo espectro de apoio para derrotar Trump, muito se especulou sobre quem seria "o Biden brasileiro". Perto da marca dos 100 primeiros dias do novo presidente americano, já é possível vislumbrar quais temas quer transformar.

Um que destoa é o da infância, com uma espécie de renda universal infantil.

Quem será o Biden brasileiro?

Biden já conseguiu sancionar uma de suas propostas de campanha: o pagamento de US\$ 250 mensais para a maior parte das crianças e adolescentes americanos, com valor ampliado para US\$ 300 no caso das crianças de até seis anos (1.ª infância).

Não se exige que pais não tenham emprego.

Os valores passam a ser decrescentes para famílias com maior renda. Para outro limite de renda, não há direito ao pagamento (uma renda equivalente à do décimo mais rico dos americanos).

Como poucas crianças estão em famílias no topo da distribuição de renda, o benefício é semiuniversal.

É uma grande mudança: os EUA estão entre poucos países desenvolvidos a não possuir esse benefício. Uma renda universal para crianças, ou semiuniversal, é praticada em boa parte da OCDE e é parte integrante do modelo de Estado de bem-estar social europeu - só parcialmente importado por essas bandas. Mesmo países de tradição anglo-saxônica pagam o benefício, como Austrália e Canadá.

Como seria se o Brasil replicasse a iniciativa americana? Evidentemente os valores de US\$ 300 mensais estão distantes de nossa realidade. Mas comparando com a renda per capita dos dois países, o plano de Biden equivaleria no Brasil a dobrar o benefício variável do Bolsa Família - hoje de R\$ 41 por criança.

Significaria também estendê-lo para milhões que não recebem benefício algum, por não serem de famílias pobres o suficiente para receber o Bolsa nem ricos o

suficiente para declarar imposto de renda (que gera um benefício indireto: a dedução por dependente).

Sempre cabe ressaltar que 4 a cada 10 crianças brasileiras viviam na pobreza mesmo antes da pandemia, com número piores para as que vivem somente com a mãe, as negras, as na 1.ª infância.

Entre estas, no cálculo de Naercio Menezes, metade continua abaixo da linha da pobreza mesmo recebendo o Bolsa Família - tamanha a insuficiência de renda. Nos EUA, estima-se que a taxa de pobreza infantil caia agora à metade.

Da Universidade de Columbia em Nova York, o Centro de Pobreza e Política Social estima que o retorno da nova política de proteção social americana será de oito vezes o seu custo para o contribuinte, pelos seus efeitos poderosos sobre o desenvolvimento infantil.

O retorno vem no futuro de mais **impostos** arrecadados (porque o benefício amplia as possibilidades de o adulto de amanhã conseguir emprego, e emprego com melhores salários) e menos gastos (inclusive com saúde e até segurança pública e justiça, dada a triste vulnerabilidade do público beneficiado).

Propostas responsáveis de uma renda universal infantil foram feitas no Brasil em anos recentes por pesquisadores associados ao Ipea. Versões tramitam no Congresso. Em 2019, especulou-se que o governo Bolsonaro apresentaria uma proposta. Nicholas Kristof, articulista do The New York Times, resumiu a dificuldade que esse tipo de proposta tem em angariar apoio da sociedade: crianças não escrevem colunas, não votam e não contratam lobistas.

Rosa DeLauro, deputada americana que autorou o projeto da Lei da Família Americana - base do programa de Biden, acredita que a pandemia expôs a vulnerabilidade desse grupo da população e permitiu a aprovação da proposta.

Ela advogou pelo benefício por 18 anos. DeLauro, como Biden e Nancy Pelosi (presidente da Câmara), integram o grupo de democratas católicos - influenciados pela doutrina social.

Mas lá, ao contrário daqui, conservadores também

aderiram à pauta.

Mitt Romney, o republicano vencido por Obama nas eleições presidenciais de 2012, apresentou proposta de renda universal infantil permanente, ainda mais ousada que a de Biden (que é por ora apenas temporária).

Justificou o projeto da Lei de Segurança das Famílias tanto pela redução da pobreza como pela promoção dos casamentos.

Outros conservadores americanos interessados nesse tipo de benefício argumentam pela diminuição de divórcios, aumento da natalidade, redução de abortos e maior estabilidade nos lares. Pauta que deveria ser abraçada pelos defensores da família.

Com a solução apenas temporária para o auxílio emergencial de 2021, o debate sobre proteção social segue aberto no Brasil. Caberá ao Biden brasileiro liderar uma transformação do Orçamento, combatendo desigualdade de renda geracional e abrindo um futuro de maior produtividade para a economia.

PEDRO FERNANDO NERY, DOUTOR EM ECONOMIA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Vacinação lenta empurra retomada para setembro



A média diária de voos domésticos nos primeiros dias de abril é de 960 — o menor nível de operação desde setembro de 2020

**Aviação Cristian Favaro De São Paulo**

Com o descontrole da pandemia no país, as projeções de recuperação do setor aéreo estão sendo postergadas. Antes, executivos previam um respiro no primeiro semestre de 2021. Agora, espera-se que a retomada comece em setembro. Mas mesmo este cenário depende da campanha de vacinação ganhar, e manter, maior velocidade.

A situação atual não é boa. A média diária de voos domésticos nos primeiros dias de abril é de 960 - o menor nível de operação desde setembro de 2020, quando as empresas faziam 864 decolagens por dia, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

A média diária de voos em abril representa 40% do que foi verificado no início de março de 2020, antes das medidas de isolamento social. Essa é a terceira queda mensal consecutiva no indicador, após as empresas aéreas terem registrado uma retomada gradual na demanda por voos domésticos, alcançando o pico de 1.798 decolagens diárias em janeiro, ou 75% da oferta em relação ao início de março de 2020. Em fevereiro, a média diária recuou para 1.469 (61,2% do pré-crise). Em março, a oferta foi para 1.177 decolagens (49%).

"Todos os especialistas apontam setembro e outubro como período de virada com a vacinação. Nós voltaremos a voar. A dúvida agora é como será essa volta em cada segmento", diz o presidente da Abear, Eduardo Sanovicz. Até agora, o Brasil aplicou ao menos uma dose da vacina em 19 milhões de pessoas (9% da população), segundo dados do consórcio de

imprensa.

Há mais dúvidas na retomada do turismo corporativo. Enquanto viagens curtas para fechar um negócio na ponte aérea Rio-São Paulo devem se tornar escassas, feiras e eventos podem ganhar mais peso. "O segmento de eventos vai adquirir uma nova importância para sustentar o corporativo".

A esperança com a vacinação é a mesma apontada pelo presidente da Gol, Paulo Sérgio Kakinoff, na divulgação de resultados da empresa em meados do mês passado. Sua estimativa é de que a imunização da população acima de 60 anos deverá ser concluída até o segundo trimestre. Para ele, proteger essa parcela da população seria um importante indutor de demanda. Enquanto a solução não chega, a Gol corre para ajustar sua malha e convidou clientes a remarcar passagens de abril.

Pesquisa da Abear mostra que em 2020 o transporte aéreo representou 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil - era 1,4% em 2019. A crise trouxe demissões. No total, o setor empregou 1,5 milhão de pessoas em 2019, número que caiu para 401 mil em 2020. Considerando os empregos diretos, a massa empregada caiu de 60,7 mil para 58 mil, sobretudo por causa da aviação geral e internacional.

O total de **tributos** recolhidos pelo setor aéreo saiu de R\$ 32,6 bilhões em 2019 para R\$ 10 bilhões em 2020.

Em termos de massa salarial, o valor caiu de R\$ 42,9 bilhões para R\$ 13,3 bilhões, na esteira também de diversos acordos de redução de salário e jornada. Um dos processos de negociação que ganharam destaque foi o da Latam. A empresa, que está em recuperação judicial nos Estados Unidos, teve mais dificuldade para negociar com os aeronautas após propor redução permanente nos salários. A companhia demitiu 2,7 mil pilotos e comissários em 2020, cerca de 38% do seu efetivo no país - fora ajustes de pessoal em outras áreas.

A negociação específica da Latam com o Sindicato Nacional dos Aeronautas se prolongou até fevereiro deste ano, quando a aérea apresentou uma nova proposta para reduzir temporariamente os salários até início de 2023, em uma abordagem semelhante feita pelas rivais Gol e Azul no ano passado. A categoria

votou contra e os debates foram encerrados.

Outro braço da cadeia aérea a sofrer na crise são as empresas que prestam serviço em terra (chamadas de "ground handling"). Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (Abesata), já foram demitidos 16 mil dos 40 mil trabalhadores da área.

Há agora nesta segunda onda um movimento de cancelamento de rotas que preocupa a categoria. "Não estamos com medo de demissões, mas de falência de empresas, já que estamos sem linha de crédito e sem qualquer tipo de ajuda", disse Ricardo Aparecido Miguel, presidente da Abesata. O setor depende sobretudo de aéreas internacionais, cuja retomada está muito mais lenta do que o mercado doméstico no Brasil.

O levantamento da Abear também trouxe dados sobre o impacto da crise na cadeia turística como um todo. No total, a participação no **PIB** foi para 2,1% em 2020. A fatia em 2019 era de 3,6%. Em empregos, a massa total foi de 4 milhões para 2,4 milhões.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186785?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186785?page=1&section=1)

# Pensão de militar piora contas, e União tem passivo recorde de R\$ 4,4 trilhões

**Fábio Pupo** *brasil*

A União registrou um patrimônio líquido negativo de R\$ 4,4 trilhões ao fim de 2020. O resultado é recorde e foi influenciado pela atualização de despesas projetadas com benefícios de militares e pela pandemia de Covid-19.

O patrimônio líquido da União representa a diferença entre os ativos e direitos do país (como dinheiro em caixa, receitas a receber, ações de estatais e imóveis) menos as contas que precisa pagar (como dívidas, aposentadorias e passivos de decisões judiciais).

O patrimônio líquido fica negativo quando há mais obrigações do que bens e direitos, quando é chamado também de passivo a descoberto. Isso ocorreu pela primeira vez em 2015, após o Tesouro Nacional começar sua adesão a normas internacionais de contabilidade, e a situação vem se agravando desde então.

Em 2020, o tamanho do patrimônio líquido negativo (também chamado de passivo a descoberto) cresceu 49% em relação a 2019. O valor representa 59,4% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

"É um valor muito forte e significa que temos uma dívida em montante muito superior aos ativos. Isso implica uma necessidade de correção com as reformas que estão pautadas [pelo Ministério da Economia] para reverter essa tendência", diz Heriberto Vilela do Nascimento, coordenador-geral de contabilidade da União.

Ele afirma que diversos países acompanhados pelo Tesouro têm patrimônio líquido negativo, mas que o caso brasileiro chama atenção. "Todos os países internacionalmente têm patrimônio líquido negativo, é normal. Mas o nosso, proporcionalmente ao **PIB**, é muito forte", disse.

Em 2020, um dos principais fatores para a piora foi a conta de R\$ 703 bilhões em despesas projetadas com benefícios e pensões de militares (R\$ 563 bilhões acima do registrado em 2019).

Esse é o montante a ser destinado pelo Tesouro aos integrantes das Forças Armadas e seus familiares mesmo após eles passarem para a reserva, ao longo

de mais de 70 anos.

Nascimento diz que a diferença em relação ao balanço de 2019 foi significativa (mais de meio trilhão de reais) porque as despesas com integrantes das Forças Armadas não eram interpretadas como passivos anteriormente.

Segundo ele, a mudança ocorreu no balanço de 2020 devido a uma adaptação aos padrões internacionais de contabilidade. "Não tínhamos esse passivo e passamos a ter. Isso impactou bastante."

"Não sei se posso dizer que foi um erro [não considerar despesas com militares um passivo até 2019]. Estamos em um processo de convergência às normas internacionais, a cada ano incorporando ativos e passivos que não eram reconhecidos", disse.

Ele afirma que o processo de adaptação deve ser concluído em 2022 e que as diferenças remanescentes devem ser pequenas de agora em diante.

Outro fator para o crescimento do patrimônio negativo foram os mais de R\$ 520 bilhões em despesas destinadas a combater a pandemia e seus efeitos sociais e econômicos.

O valor levou a um déficit nas contas públicas que aumentou a necessidade de endividamento -e, portanto, gerou mais deveres financeiros a serem quitados pela União ao longo dos anos.

O Tesouro também elevou provisões para perdas com dívidas não pagas por estados e municípios. Como a União figura como garantidora em boa parte dos empréstimos de bancos aos entes, é obrigada a honrar os pagamentos em caso de inadimplência.

Ainda assim, o Tesouro pode recuperar os valores por meio da execução de contra garantias (como receitas tributárias a que entes teriam direito). Mas governadores e prefeitos têm obtido decisões judiciais que, na prática, têm deixado o prejuízo para a União.

Marilu Cardoso da Silva, gerente de demonstrações contábeis da União, afirma que o Tesouro fez uma mudança contábil também nesse caso e passou a considerar sua metodologia para perdas a

capacidade de pagamento (a Capag) do estado ou município (em vez do tempo de inadimplência, como era antes).

Com as mudanças, o ajuste para perdas subiu de R\$ 39 bilhões em 2019 para R\$ 350 bilhões em 2020. Paralelamente, como mostrou a Folha, o Tesouro tem reavaliado regras para conceder novas garantias a estados e municípios como forma de conter parte dos prejuízos observados hoje

É um valor muito forte e significa que temos uma dívida em montante muito superior aos ativos. Isso implica uma necessidade de correção com as reformas que estão pautadas [pelo Ministério da Economia] para reverter essa tendência

Heriberto Vilela do Nascimento coordenador-geral de contabilidade da União

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**88**

# Orçamento escancara dois "ministérios"



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 26/3/2021

**Fontes.** Guedes tem dito que busca conciliação no assunto

**Idiana Tomazelli, Adriana Fernandes**

A votação do Orçamento de 2021 evidenciou a existência de dois ministérios da Economia, um formado por técnicos fiéis às regras fiscais e outro constituído pela ala disposta a fazer concessões em prol da negociação política.

Segundo apurou o "Estadão/ Broadcast", a equipe econômica emitiu sinais de que era possível acomodar até R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares com cortes menores em outras despesas, inclusive obrigatórias, antes de a negociação degradingolar para a maquiagem e para gastos de interesse parlamentar turbinados a R\$ 31,3 bilhões.

A fatura original previa R\$ 8,5 bilhões prometidos pela Secretaria de Governo em troca de apoio dos parlamentares e da consolidação de uma base governista no Parlamento. Outros R\$ 8 bilhões foram negociados especificamente para votar a PEC emergencial, que daria base legal à recriação do auxílio emergencial e continha gatilhos de contenção de despesas.

A segunda parcela dos recursos financiaria obras de interesse dos parlamentares.

As sinalizações foram dadas apesar de cenários internos do Ministério da Economia apontarem para uma insuficiência de R\$ 17,5 bilhões no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**, indicando a necessidade de cortes em despesas - direção oposta do que foi feito pelo

Congresso. O valor foi revelado oficialmente em 22 de março, mas cenários do fim de fevereiro já apontavam o estrangulamento.

Acusado de contabilidade criativa por subestimar gastos obrigatórios com Previdência e subsídios ao crédito rural, o senador Marcio Bittar (MDB-AC) reagiu publicamente e disse que tudo foi feito com o conhecimento da Economia. Ontem, foi a vez do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), dizer em reunião com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que a discussão do Orçamento teve "toda a participação do governo".

Ao longo dos últimos dias, o Estadão/Broadcast tentou reconstruir os passos da negociação que resultou no Orçamento maquiado e colocou o tema na mira do Tribunal de Contas da União (TCU). Em meio às articulações para evitar a desidratação completa da PEC emergencial, restou a fatura de R\$ 16,5 bilhões a ser paga no Orçamento.

O acordo, negociado pelo então ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, obteve também chancela do ministro da Economia, Paulo Guedes, que foi informado dos termos de acerto.

Espaço. A partir daí, alguns integrantes do alto escalão da Economia começaram a "cavar" espaços dentro do Orçamento, apesar de os técnicos da "base" da pasta terem documentado no relatório a ausência de qualquer gordura. Entraram na mira o abono salarial, o seguro-desemprego, o auxílio-doença, a economia esperada com combate a fraudes no **INSS** e a própria reforma da Previdência.

Em conversas privadas, fontes do Ministério da Economia relatam que o acerto era abrir espaço para os R\$ 16,5 bilhões com revisões nessas despesas.

Nessa ala, há a avaliação de que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) tem sido muito conservadora ao estimar que as despesas da Previdência, na verdade, deveriam crescer R\$ 8,4 bilhões por causa do reajuste maior do salário mínimo. Para esse grupo, a incorporação dos impactos mais expressivos da reforma e de medidas de combate a fraudes ainda não implementadas totalmente deixaria essa necessidade de suplementação em até R\$ 2,5 bilhões.

A digital do Ministério da Economia também ficou

evidente no adiamento do cronograma do abono salarial, feito com base em uma recomendação da Controladoria-Geral da União (CGU). Como os trabalhadores vão receber a nova rodada do benefício em janeiro de 2022, e não mais em julho de 2021, restaram "livres" R\$ 7,4 bilhões no Orçamento, que foram direcionados a emendas em vez de serem usados para cobrir o rombo já existente no teto. Procurado, o Ministério da Economia não quis se manifestar sobre os temas desta reportagem.

Além da dissonância dentro do Ministério da Economia, a quebra do acordo para a votação do Orçamento de 2021 também colocou em pé de guerra a Câmara, o Senado e o relator.

A interlocutores, Guedes tem dito que busca a conciliação em torno do assunto e que está em sintonia com Lira e Pacheco, enquanto Bittar não honrou o acordo. Apesar de negociadores do governo insistirem que o acordo para "consertar" o Orçamento foi fechado no último fim de semana, a negociação deve demorar mais e se estender até o prazo para a sanção pelo presidente, 22 de abril.

Guedes já avisou que, além dos R\$ 10 bilhões indicados pelo relator, é preciso cancelar outros R\$ 5 bilhões para manter os termos do acordo original. Ontem, técnicos falam na necessidade de o relator cancelar até mais: R\$ 17 bilhões ao todo. Mesmo com essa medida, a equipe econômica precisará fazer um bloqueio adicional entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões no Orçamento após a sanção, para não descumprir regras fiscais.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

---

● **Maquiagem**

**R\$ 31,3 bi**

**foram reservados no Orçamento para gastos de interesse parlamentar; antes a previsão do governo era acomodar R\$ 16,5 bi**

.....

# Disparidade de renda cresce entre setor público e privado

**Lucianne Carneiro**

Em quase uma década, entre 2012 e 2020, a renda média do trabalhador do setor público avançou 20,4% entre os servidores celetistas e 13,1% entre os militares e funcionários concursados. No mesmo período, o aumento médio para os empregados do setor privado com carteira de trabalho foi muito inferior, de 7,1%. As diferenças nesse período ampliaram a disparidade entre os rendimentos dos setores público e privado.

Os números fazem parte de levantamento feito pela consultoria IDados, com base na Pnad Contínua, do IBGE, e consideram a renda real, descontados os efeitos da **inflação**. "A renda do setor público já parte de um patamar superior no início da série histórica da pesquisa e ainda tem um crescimento maior no período entre 2012 e 2020. Com isso, aumenta a distância entre o rendimento médio do setor público e do setor privado", diz Bruno Ottoni, autor do levantamento.

Há uma diferença histórica entre a remuneração dos setores público e privado, destacam especialistas. No entanto, eles apontam disparidades também entre os servidores, que variam especialmente entre os níveis de governo e os Três Poderes.

No 4º trimestre de 2020, a renda média de militares e servidores concursados era de R\$ 4.482 (13,1% mais que no início de 2012). O valor é 91,1 % maior que a renda média do trabalhador no setor privado, que recebia, no fim de 2020, R\$ 2.345. Já entre os empregados do setor público com carteira assinada, a renda era de R\$ 4.137 no fim do ano passado (salto de 20,4% frente a 2012), o que significa 76% mais que a renda no setor privado.

Segundo o Banco Mundial, reajustes superiores à **inflação** foram o principal propulsor do crescimento da folha de pagamentos do setor público entre 2008 e 2018. Para a instituição, há dispersão salarial entre servidores, o que acentua a desigualdade entre carreiras, porque os aumentos não são iguais entre as categorias. Página A4

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Renda de servidor cresce o dobro que a de trabalhador privado



Bruno Ottoni: apesar de mudanças no funcionalismo, diferença de renda persiste

**Lucianne Carneiro**

Em quase uma década, entre o primeiro trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2020, a renda média do trabalhador do setor público avançou 20,4% entre aqueles com carteira assinada e 13,1% entre os militares e servidores estatutários (com concurso público).

No período, o aumento entre empregados do setor privado com carteira de trabalho foi bem inferior, de 7,1%. Com isso, cresceu a distância entre o rendimento dos setores público e privado.

Os números são de levantamento da consultoria IDados, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e consideram a renda real, ou seja, já descontados os efeitos da **inflação**.

"A renda do setor público parte de um patamar superior no início da série histórica da pesquisa e ainda tem um crescimento maior no período entre 2012 e 2020. Com isso, aumenta a distância entre o rendimento médio do setor público e do setor privado, que já era grande", afirma o pesquisador da IDados Bruno Ottoni.

Especialistas destacam que há uma diferença histórica

entre a remuneração dos setores público e privado, mas apontam que há disparidades entre os servidores, que variam especialmente entre os níveis de governo (federal, estadual e municipal) e os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Os funcionários federais são os que tendem a ter renda superior aos do setor privado, apontam, movimento que não necessariamente se repete entre os servidores estaduais e municipais.

No quarto trimestre do ano passado, a renda média de militares e servidores estatutários (com concurso público) - que são a maioria no setor público, com 8,7 milhões de pessoas - era de R\$ 4.482 (13,1 % a mais que no início de 2012). O valor é 91,1% maior que a renda média do trabalhador com carteira assinada do setor privado, que recebia, no fim de 2020, R\$ 2.345.

Já entre os empregados do setor público com carteira assinada, o rendimento médio era de R\$ 4.137 no fim do ano passado (salto de 20,4% ante 2012), o que significa 76% a mais que o valor do setor privado. Esse grupo do setor público é formado principalmente por cargos comissionados ou funcionários em empresas públicas e tinha 1,194 milhão de pessoas no fim de 2020.

A pesquisa considera renda média, ou seja, inclui quem tem renda mais elevada e também os de renda menor, com diferentes graus de formação. Ottoni pondera que isso é observado em todas as categorias.

"Há vantagem explícita do setor público em termos de renda real desde o início da série, puxada por características do setor, como correção monetária e ajustes automáticos dos salários, progressão de carreira garantida e maior estabilidade. Mudanças têm ocorrido, mas essas diferenças de renda permanecem", diz Ottoni.

Coordenador executivo do Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas e especialista em administração pública, Nelson Marconi afirma que os números médios mostram diferença de rendimento entre os setores público e privado, mas que, ao se desagregar entre os tipos de vínculo e os níveis de governo, fica claro que esse diferencial está concentrado entre os estatutários do governo federal.

"Realmente há um diferencial histórico dos salários entre o setor público e o privado, na média. Mas, quando se olham os dados desagregados de servidores estaduais e municipais, essa diferença de renda em relação ao setor privado não é tão grande. E mais da metade do contingente do setor público está nos municípios", argumenta.

Em seu estudo mais recente sobre o tema, "Gestão de pessoas no setor público brasileiro: o que os dados dizem?", o Banco Mundial aponta que os reajustes salariais muito superiores à **inflação** foram o principal propulsor do crescimento da folha de pagamentos do setor público entre 2008 e 2018. Além disso, pondera que há uma alta dispersão salarial entre servidores, acentuando a desigualdade entre as carreiras, principalmente porque os reajustes não são iguais entre as distintas categorias.

"De fato, é muito comum a comparação entre a renda do setor privado e do setor público, mas fazer uma única caracterização do setor público brasileiro não vai levar às melhores tomadas de decisão", afirma Daniel Ortega Nieto, responsável pelo estudo.

Na comparação da renda dos trabalhadores do setor público com a dos empregados das melhores empresas do setor privado, considerando as mesmas características, como tipo de ocupação e gênero, explica ele, foi possível observar que o rendimento maior aparece entre os servidores federais, mas não nos municipais.

Ortega defende que, diante da perspectiva de uma parcela grande de aposentadorias de servidores nos próximos anos, há uma "janela de oportunidades" para reformas administrativas. "Não é uma questão apenas fiscal, de ter mais ou menos servidores. É preciso uma gestão adequada de recursos humanos para que se atenda às demandas da população para prover melhores serviços públicos, dando condições para que servidores que trabalham bem sejam reconhecidos e valorizados", argumenta.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

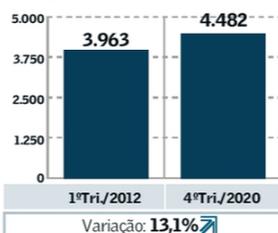
## As diferenças entre os setores

Variação da renda média real entre 2012 e 2020

### Empregado no setor privado com carteira de trabalho - R\$



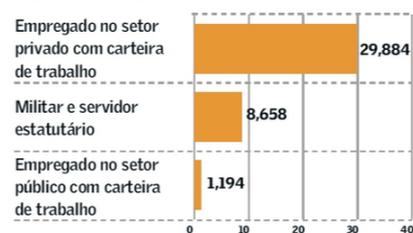
### Militar e servidor estatutário - R\$



### Empregado no setor público com carteira de trabalho - R\$



### Nº de trabalhadores (4º Trimestre de 2020) (Em milhões)



Fonte: IBGE, com elaboração da IDdados

# País que não controlar epidemia pagará preço econômico, diz estudo

**Chris Giles**

A probabilidade de uma recuperação econômica global coordenada da pandemia de covid-19 diminuiu. A vacinação mais lenta e uma nova onda de contágios em alguns países está resultando em "perspectivas de crescimento muito divergentes". É o que diz estudo exclusivo do "Financial Times".

O principal motor do sucesso econômico em 2021 deverá ser a capacidade de controlar o vírus, aponta o "tracking index" Brookings-FT, que prevê que os países ricos superarão os emergentes em crescimento, indicadores financeiros e confiança dos investidores nos próximos meses.

O índice aparece no momento em que ministros das Finanças e banqueiros centrais se preparam para reuniões virtuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial nesta semana. As perspectivas econômicas divergentes adicionarão tensão às já intensas batalhas globais pela produção e distribuição de vacinas.

"A economia mundial se depara com perspectivas de crescimento muito díspares em várias regiões, à medida que as expectativas de rápida recuperação do funesto ano de 2020 se tornam incertas", disse o professor Eswar Prasad, do Brookings Institution.

O Brookings-FT Tracking Index para a Recuperação da Economia Mundial (Tiger, na sigla em inglês) compara indicadores da atividade real, mercados financeiros e confiança com as médias históricas da economia global e de cada país, indicando até que ponto os dados do período atual são normais.

Nos números dos últimos seis meses, os dados das economias emergentes continuam bem piores que o usual desde que o índice começou a ser feito, em 2012, enquanto o desempenho das economias avançadas melhorou juntamente com a recuperação dos mercados financeiros.

Na semana passada o FMI e a ONU alertaram que os países mais pobres, atingidos pelos efeitos econômicos e de saúde da pandemia, poderão ter uma crise de dívida se medidas mais ambiciosas não forem adotadas por instituições multilaterais e pelas economias mais ricas do mundo.

Prasad disse que o sucesso econômico depende de os países conduzirem corretamente suas políticas econômica e de saúde. "A receita para uma recuperação sólida e durável segue sendo a mesma do último ano - medidas firmes para controlar o vírus, combinadas com estímulos monetários e fiscais equilibrados, com uma ênfase em políticas que apoiem a demanda e melhorem a produtividade."

Os EUA e a China, as duas maiores economias do mundo, estão liderando a recuperação global, segundo o índice, mas com políticas diferentes. O crescimento dos EUA deverá ser recorde neste ano, e o **PIB** deve superar os níveis pré-pandemia, amparado pelos estímulos fiscais do presidente Joe Biden, que colocaram uma substancial força financeira nas mãos da maior parte das famílias americanas.

A economia da China continuou resiliente, com poucos surtos de covid-19 e o governo voltando sua atenção para metas de prazos mais longos para incrementar o consumo e o setor de serviços.

Mas na Europa e na maior parte da América Latina, as perspectivas de crescimento são fracas, e as previsões do FMI que serão divulgadas hoje deverão mostrar poucas possibilidades de o **PIB** alcançar os níveis pré-pandemia antes de 2022.

A produção industrial e o comércio vêm se mantendo bem no mundo desde os primeiros meses da pandemia, no ano passado, mas persistam problemas nas áreas de serviços mais voltados para o consumo, que ainda são muito afetadas pelas restrições que visam controlar a disseminação da covid-19.

"Políticas hesitantes estão afetando a confiança dos consumidores e das empresas nas economias mais fracas, aumentando as pressões econômicas", disse Prasad.

Com o dólar e os rendimentos dos bônus dos EUA em alta, economistas temem que as economias emergentes com exposição cambial significativa venham a ter dificuldades para cumprir com o serviço de suas dívidas.

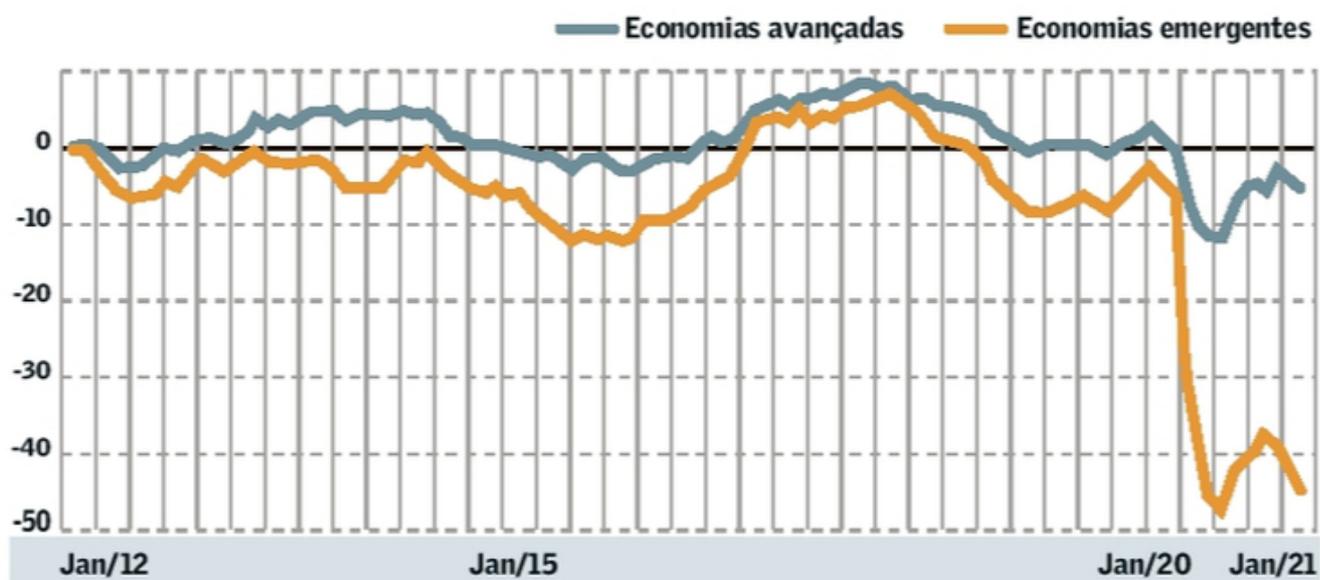
Membros do FMI estarão reunidos nesta semana para discutir esforços do G-20 (grupos de países maiores)

economias do mundo) para aliviar o peso dessas dívidas, assim como esforços para desenvolver um fornecimento mais estável de vacinas contra a covid-19 e discutir as melhores maneiras de a economia mundial se recuperar da crise.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Recuperação global em duas velocidades

Índice composto de vigor econômico\*



Fonte: Brookings Institution. \*Da força relativa de uma variedade de indicadores

## Nova queda na atividade com alta da covid

Índice composto de vigor econômico\*



Fonte: Brookings Institution. \*Da força relativa de uma variedade de indicadores

# Commodities e câmbio elevam comércio e puxam inflação (3)

Uma das raras boas notícias na economia brasileira no momento é o crescimento do saldo da balança comercial. A previsão é que o país pode praticamente dobrar o resultado do ano passado, que já foi um feito tendo em vista o estrago que a disseminação do novo coronavírus fez mundo afora entre a população e nas atividades econômicas. As transações globais caíram 7% em 2020, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC). Apesar disso, o Brasil foi um dos raros países que avançou no ranking dos exportadores, ganhando uma posição, para o 26-lugar, com 1,2% do exportado globalmente.

Com o principal parceiro comercial, a China, um dos poucos países que cresceu no ano passado, o Brasil teve um superávit comercial de US\$ 50,9 bilhões, 6% a mais do que os US\$48 bilhões de 2019. Do saldo obtido, US\$ 35,44 bilhões vieram dos negócios com Pequim. O Brasil exportou para a China 2,5 vezes mais do que para a União Europeia e 3,3 vezes mais do que para os Estados Unidos, respectivamente segundo e terceiro parceiros comerciais.

A expectativa inicial para este ano era que o saldo comercial do Brasil subiria a US\$ 53 bilhões. No primeiro trimestre, os negócios foram até desanimadores. O superávit acumulado ficou em US\$ 1,648 bilhão, com queda de 62,5%, o pior resultado desde 2015, consequência do aumento das importações entre as quais as operações de nacionalização de plataformas de petróleo.

Excluídas essas operações, o saldo mostra expansão e, agora, as previsões para este ano superam US\$ 89 bilhões, valor que, se for confirmado, será o maior da série histórica.

A corrente de comércio deve somar US\$ 443,8 bilhões, 20% superior aos US\$ 368,8 bilhões de 2020.

O otimismo com o comércio exterior vem na esteira da recuperação da China e da surpresa com os Estados Unidos, que também elevem crescer no ritmo chinês, acima de 6% neste ano. Após a eleição de Joe Biden foram lançados dois potentes pacotes de estímulo. O mais recente, divulgado na semana passada, vai injetar US\$ 2,3 trilhões em investimentos em infraestrutura. O plano visa segmentos específicos como banda larga, semicondutores, veículos elétricos e energia renovável, cujo efeito positivo pode

repercutir em vários setores, beneficiando o Brasil mesmo que indiretamente.

O que vem impulsionando as vendas externas é a alta dos preços das commodities exportadas pelo Brasil, que explicam cerca de 65% das exportações. A elevação foi de 13,8% nos 12 meses terminados em fevereiro passado, segundo dados do Ibre/FGV, levantados no Indicador de Comércio Exterior (Icomex). Um destaque é o minério de ferro, com salto de 75%. Outros minerais e o complexo soja subiram 43,5% e 18,5%, respectivamente, na mesma comparação. Os preços dos produtos que não são commodities subiram bem menos, 2,1 %.

A elevação das commodities e a desvalorização do real contribuíram para o maior nível nos termos de troca desde 2011. Calculado pela relação entre os preços médios de exportação e os de importação, o índice de termos de troca ficou em fevereiro 16% maior que o do mesmo mês do ano passado, de acordo com o Ibre/FGV. As empresas exportadoras, especialmente de commodities, estão se beneficiando. Basta ver a relação das maiores altas da bolsa. Há repercussões positivas na economia e no mercado de trabalho, embora de forma localizada. Já se prevê que a balança comercial vai contribuir para que o resultado em conta corrente seja superavitário pela primeira vez desde 2007.

O outro lado da moeda é que a elevação das commodities e o câmbio mais fraco têm pressionado os preços no mercado interno. Como também calculou o Ibre/FGV, a **inflação** pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPA), medido pelo Ibre/FGV, chegou a 42,6% em 12 meses até março. A **inflação** ao consumidor tem sido igualmente pressionada. OIGP-M acumula 31,1% em igual período (Valor 1/04).

Além disso, o aumento das exportações não está sendo acompanhado por um crescimento do consumo interno-deprimido pelo desemprego elevado, que aflige 14,27 milhões de pessoas em janeiro, segundo o IBGE - com consequente queda da massa de rendimentos. Somente agora o auxílio emergencial começa a ser depositado nas contas dos necessitados - ainda assim em valores bem menores do que os do programa anterior e para um grupo inferior de beneficiados.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

# Gangorra no governo esvazia Economia

**Maria Cristina Fernandes**

O fortalecimento dos ministros gastadores no governo federal é proporcional à debandada da equipe originalmente escolhida pelo ministro Paulo Guedes para fazer de sua pasta o bunker de resistência da âncora fiscal da política econômica. Todos os governos assistem a uma disputa entre Congresso e Executivo em torno do Executivo, mas o governo Jair Bolsonaro foi além. Os parlamentares não apenas ganharam poder de execução orçamentária com o aumento da impositividade de suas emendas e das transferências diretas para os municípios, como também receberam postos avançados dentro do próprio Executivo com ministros comprometidos com a agenda do Congresso.

Se esta agenda parlamentar no primeiro ano do governo era tocada prioritariamente pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, mudanças pontuais feitas ao longo dos últimos meses, que culminaram com a **reforma ministerial** da semana passada, ampliaram a retaguarda do gasto no Executivo. Em dezembro tomou posse no Ministério do Turismo, Gilson

Machado, o ex-presidente da Embratur que ficou conhecido como o sanfoneiro das "lives" do presidente da República. Em fevereiro, João Roma, um deputado do Republicanos da Bahia, assumiu o Ministério da Cidadania. E, finalmente, em março, tomou posse na Secretaria de Governo, a deputada Flávia Arruda, do PL do Distrito Federal, que comandara até a véspera a Comissão de Orçamento e passou a gerir a negociação das emendas parlamentares de dentro do Palácio do Planalto.

Para a coordenação da bancada do gasto no Executivo, Bolsonaro instalou na Casa Civil o ex-titular da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, o mais próximo do presidente, entre os generais da reserva. Algumas dessas mudanças se deram antes da aprovação do Orçamento, outras, depois. Todas elas, porém, estiveram refletidas na reta final da peça orçamentária. Dos R\$ 26,4 bilhões acrescidos, R\$ 8,7 bilhões foram destinados à pasta de Marinho, e outros R\$ 920 milhões à Codevasf, autarquia submetida ao MDR que, paulatinamente, assume os contratos de irrigação, em detrimento da secretaria setorial da administração direta onde o processo licitatório é mais rigoroso. Entre as rubricas contempladas pelas derradeiras prebendas orçamentárias estão ainda o Turismo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação e a Funasa (comandados pelo PP) e o Fundo Nacional de Assistência Social, sob as asas do Ministério da Cidadania.

Paralelamente, deu-se o processo de esvaziamento do Ministério da Economia, onde está estacionado o dique de contenção ao gasto do governo. O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, foi o precursor, em junho do ano passado, sendo seguido pelo assessor especial Caio Megale, e pelos secretários-especiais de Desestatização, Salim Mattar, e de Desburocratização, Paulo Uebel. Este ano, a debandada foi acrescida pela saída dos dirigentes das duas maiores estatais, Roberto Castello Branco (Petrobras), em meio a uma disputa sobre o preço dos combustíveis, fonte histórica de pressão fiscal, além de André Brandão, do Banco do Brasil.

À lista de demissionários de um governo desfigurado de sua fachada liberal acrescentem-se ainda a saída de Wilson Ferreira, que, assim como Mansueto Almeida, estava na Eletrobras desde o governo Michel **Temer**. Num patamar abaixo, mas no desempenho de funções-chave para a redução de custos da máquina administrativa, também deixaram o governo o secretário de gestão de pessoal, Wagner Lenhart, o secretário de governança de empresas estatais, Amaro Gomes, e o diretor jurídico da secretaria de desestatização, Eduardo Araújo. Os três tiveram protagonismo na agenda liberal da gestão Guedes. Lenhart foi um dos autores da proposta de reforma administrativa, Gomes era o responsável pelo controle de salários e benefícios concedidos nas estatais e Araújo, o advogado atuante nas privatizações dos anos 1990 e sobre quem recaíam expectativas de que pudesse vir a atuar no avanço das modelagens de vendas de ativos deste governo.

Talvez a vítima mais representativa desta queda de braço entre gastadores e fiscalistas tenha sido a ex-presidente do IBGE Suzana Guerra. Ela foi para dentro da Comissão de Orçamento para tentar reverter o corte na dotação do órgão, mas não foi apoiada pelo ministério no qual está abrigado o IBGE. Adiado de 2020 para 2021, por causa da pandemia, o censo tinha custos previstos de R\$ 2 bilhões. Saiu da Lei Orçamentária com apenas R\$ 71 milhões. Sem o censo, não será possível saber nem mesmo os resultados para a vida real do país dessa guerra que hoje se dá entre os Poderes e dentro do próprio Executivo.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Vaga no Planalto não trava insatisfação, e Centrão quer mais (Gustavo Alves)

Por Thiago Prado

Terminada a **reforma ministerial** do início do ano três de Jair Bolsonaro, a fome do Centrão por posições relevantes no governo federal segue insaciável. Se Arthur Lira (PP-AL) tem agora uma aliada fiel dentro do Palácio do Planalto - a deputada federal Flávia Arruda, nomeada ministra da secretaria de Governo - está tendo que lidar com mais uma questão: há deputados que o ajudaram a chegar ao comando da Câmara incomodados porque os espaços prometidos ainda não chegaram.

O PL de Valdemar Costa Neto era um exemplo da insatisfação, mas o jogo virou em dias. Além de Flávia Arruda, Valdemar emplacou na semana passada, discretamente, o número um da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estatal até então nas mãos do Republicanos, partido recém-empossado no Ministério da Cidadania com o deputado João Roma. O PL agora está presente em diretorias do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e em secretarias do Ministério da Saúde e do Turismo, além de ter o comando do Banco do Nordeste.

Desta vez, a fonte da frustração está dentro do próprio PP de Lira. A deputada Celina Leão (DF) era tida entre os parlamentares do partido como o nome que o presidente da Câmara escolheria para o ministério que estará nas mãos de Flávia Arruda. E o deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), por mais que negue, esperava, sim, ser ministro da Saúde no lugar do general Eduardo Pazuello.

O próprio Lira continua insatisfeito com a equipe ministerial que permanece na Esplanada. A novela do Orçamento nos próximos dias mostrará se ele vencerá a queda de braço com Paulo Guedes na Economia. E o deputado permanece criticando, a quem lhe pergunta, os ministros Bento Albuquerque, de Minas e Energia, e Milton Ribeiro, da Educação. Ricardo Salles, do Meio Ambiente, saiu um pouco do foco na última semana.

Siga o Analítico no Twitter

**Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/analitico/post/vaga-no-planalto-nao-trava-insatisfacao-e-centrao-quer-mais.html>**